



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE BACABAL - CCBa

ELISANGELA DOS REIS DE SOUSA

IDEOLOGIA E PODER:
Artifícios de controle social em 1984 e O conto da aia

BACABAL
2023

ELISANGELA DOS REIS DE SOUSA

IDEOLOGIA E PODER:

Artifícios de controle social em 1984 e O conto da aia

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Maranhão, UFMA - Centro de Ciências de Bacabal - CCBa, como requisito obrigatório para o título de Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Orientador(a): Prof.^aDr.^a Lucélia Almeida

BACABAL
2023

ELISANGELA DOS REIS DE SOUSA

IDEOLOGIA E PODER:

Artifícios de controle social em 1984 e O conto da aia

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Maranhão, UFMA-Centro de Ciências Bacabal - CCBa, como requisito obrigatório para o título de Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lucélia Almeida

Aprovada em _____ de _____ de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^(a)Dr^(a) M. Esp.

(UFMA)

ORIENTADOR(A)

Prof.^(a) Dr^(a) M. Esp.

(UFMA)

Prof.^(a) Dr^(a) M. Esp.

(UFMA)

Dedico este trabalho a minha mãe e aos meus irmãos, vocês são o motivo pelo qual eu estou finalizando esse curso

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a minha família, especialmente aos meus pais, Patrícia e Lindomar, que com muito esforço me permitiram seguir o curso até o fim, mesmo diante de todas as dificuldades financeiras, que sempre priorizaram meus estudos, me deram o suporte necessário e a motivação para que eu não desistisse.

Às minhas amigas e colegas de curso Sâmia Jayne, Radiley Suelma, Aristhenya Kallyne e Erika Souza, que sempre me deram suporte emocional e me fizeram acreditar que eu era capaz de ir até o fim. Me demonstraram amor e cuidado e, juntas, dividimos as mais belas experiências que uma amizade pode proporcionar.

Aos meus colegas de turma que fizeram parte da minha jornada e sempre foram empáticos e gentis. Foi um prazer compartilhar essa experiência ao lado de todos pois soube, na prática, o que é companheirismo. Vocês serão exemplo de docentes.

À minha orientadora, Lucélia Almeida, que me recebeu de braços abertos desde o dia que a procurei para me orientar neste trabalho. Que além do seu grande conhecimento, me apresentou seu olhar cuidadoso e humano. Demonstrou empatia quando me ausentei sem explicações, que sempre compreendeu não só a mim mas a todos os alunos que teve contato, e acreditou na minha capacidade acadêmica.

Aos professores que aceitaram participar da banca examinadora e se disponibilizaram a ler meu trabalho e compartilharam seus conhecimentos comigo.

Ao meu amigo Adilson Veras que me acompanha desde o ensino médio e sempre torceu para que eu chegasse até aqui, que sempre me escutou e esteve do meu lado, e, muitas das vezes, acreditou no meu potencial mais do que eu mesma.

Ao futuro ou ao passado, a um tempo em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros e não vivam solitários – a um tempo em que a verdade exista e o que foi feito não possa ser desfeito.

George Orwell

RESUMO

O presente trabalho aborda a manipulação das massas através de artifícios de controle social operados por governos totalitários. O *corpus* selecionado para a análise são as duas obras distópicas *1984*, de George Orwell, publicada pela primeira vez em 1949, e *O conto da aia*, de Margaret Atwood, originalmente publicada em 1985. Tendo em vista que diversos regimes totalitários existiram no decorrer da história, é comum que a literatura aborde tal temática e, geralmente, é o gênero distópico que o faz. E a partir do conceito de que as distopias se caracterizam pela presença de opressão e controle, cenário comum nas obras, se observará que tais características se solidificam através das relações de poder estabelecidas entre os personagens e o Estado. Sendo assim, a pesquisa mostrará os seguintes mecanismos de controle social presentes nas obras: controle ideológico, disciplina, panoptismo ou vigilância, propaganda, alteração de documentos históricos e violência. Posto isto, esta pesquisa se guiará pela seguinte questão: quais são os artifícios de controle social utilizados para manipulação das massas nas obras *1984* e *O conto da aia*? E para que esta investigação se concretize tem-se como objetivo geral: analisar os artifícios de controle social utilizados para manipulação das massas em *1984* e *O conto da aia*, além de, especificamente, explicar quais são os artifícios de controle social; exemplificar como os artifícios de controle social foram usados na prática no período dos regimes totalitários; e por fim, demonstrar como tais artifícios de controle social são utilizados para manipulação das massas nas obras *1984* e *O conto da aia*. A pesquisa em questão, do ponto de vista metodológico, é qualitativa de caráter bibliográfico, de natureza básica. No que se refere ao ponto de vista dos objetivos esta pesquisa é descritiva e explicativa. E para embasamento o referencial teórico assim constituiu-se: (CANDIDO, 2006); (CHAUÍ, 2008); (MANHEIM, 1986); (ALTHUSSER, 1992); (FOUCAULT, 1998 e 1999); (MACHADO, 1998 em FOUCAULT); (BENTHAM, 2008); (COELHO, 1980); (ARENDT, 1989).

Palavras-chave: controle social; ideologia; poder; totalitarismo; *1984*; *conto da aia*.

ABSTRACT

The present paper approaches the manipulation of the masses through artifices of social control operated by totalitarian governments. The compilation selected for analysis are the two dystopian works 1984, by George Orwell, first published in 1949, and *The Handmaid's Tale*, by Margaret Atwood, originally published in 1985. Considering that several totalitarian regimes have existed throughout history, it is common for literature to address this the meand, generally, it is the dystopian genre that does so. Based on the concept that dystopias are characterized by the presence of oppression and control, a common scenario in the works, it will be observed that such characteristics are solidified through the power relations established between the characters and the State. Therefore, the research will show the following mechanisms of social control present in the works: ideological control, discipline, panoptism or surveillance, advertisement, alteration of historical documents and violence. That said, this research will be guided by the following question: what are the social control devices used to manipulate the masses in the works 1984 and *The Handmaid's Tale*? And for this investigation to materialize, the general objective is: to analyze the devices of social control used to manipulate the masses in 1984 and *The Handmaid's Tale*, in addition to, specifically, explaining what are the devices of social control; exemplify how the devices of social control were used in practice during the period of totalitarian regimes; and finally, demonstrate how such devices of social control are used to manipulate the masses in the works 1984 and *The Handmaid's Tale*. The current research, from the methodological point of view, is qualitative, bibliographic in nature, of a basic nature. Regarding to the point of view, the research objectives are descriptive and explanatory. And for basis the theoretical framework was constituted by: (CANDIDO, 2006); (CHAUÍ, 2008); (MANHEIM, 1986); (ALTHUSSER, 1992); (FOUCAULT, 1998 and 1999); (MACHADO, 1998 in FOUCAULT); (BENTHAM, 2008); (COELHO, 1980); (ARENDE, 1989).

Keywords: social control; ideology; power; totalitarianism; 1984; *The Handmaid's Tale*.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	09
1	LITERATURA, IDEOLOGIA E PODER.....	14
1.1	Ideologia e Noções de Poder.....	15
1.2	O Micro Poder.....	18
1.2.1	O Poder Disciplinar.....	20
1.2.2	A Vigilância Panóptica.....	22
2	UTOPIA, DISTOPIA E TOTALITARISMO.....	26
2.1	Totalitarismo, Propaganda totalitária e Terror.....	30
3	OS ARTIFÍCIOS DE CONTROLE SOCIAL EM 1984 E O CONTO DA AIA.....	35
3.1	Realidades distópicas em 1984 e O conto da aia.....	37
3.2	Ideologia como forma de poder em 1984 e O conto da aia.....	42
3.3	Totalitarismo em 1984 e O conto da aia.....	44
3.4	O Grande Irmão está observando você x Sob o olho D’ele: A vigilância panóptica em 1984 e O conto da aia.....	48
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS.....	55

INTRODUÇÃO

Logo após a Primeira Guerra Mundial, o mundo presenciou o surgimento de uma onda antidemocrática que se espalhou por diversos países. Então desde a consolidação dos chamados regimes totalitaristas, ou antes mesmo, ainda durante o percurso, os líderes desses movimentos se utilizaram de diversos artifícios de controle social para manipular a população e permanecer no poder.

Em *1984*, de George Orwell, é apresentada uma sociedade governada por um regime totalitário, cujo tem o controle sobre todos os aspectos sociais e privados da população. Nessa conjuntura social uma figura nomeada de Grande Irmão é encarregada de vigiar e instaurar o medo nas pessoas. O constante monitoramento é realizado por meio das teletelas, aparelhos pelo qual o Partido vigia e dita a rotina de cada cidadão.

George Orwell apresenta o personagem Winston, um homem que trabalha num dos ministérios do Partido, mais precisamente no Ministério da Verdade. Esse setor é responsável por prover entretenimento, divulgar notícias, e pela educação e artes. O trabalho de Winston e dos outros funcionários do setor, é editar todo e qualquer documento, registro, livro, poema e informação que contrarie os dados que o governo fornece para a população. É dessa forma que o protagonista tem consciência da manipulação das estatísticas e dos registros históricos que, por exemplo, ora afirmam que o inimigo de guerra do Partido é um, e ora declara que é outro, mas sempre afirma para a população que o inimigo sempre foi o mesmo.

Já o romance *O conto da aia*, publicado em 1985, da escritora Margaret Atwood, traz a história da República de Gilead, um Estado totalitário comandado por fundamentalistas religiosos. E é a partir do olhar de Offred, uma das aias, que o leitor é apresentado à história. Ao decorrer do enredo descobre-se que a atual cidade de Gilead, no passado, passou por diversos acidentes radioativos e desastres naturais que ocasionaram esterilidade em grande parte das mulheres da República, e por consequência a taxa de natalidade declinou bastante.

Na tentativa de reverter esse quadro, as mulheres perderam seus direitos e o governo as dividiu em categorias as quais cada uma desempenharia uma função na sociedade. Offred é uma aia. As aias são enviadas para as residências dos Comandantes e suas Esposas que não têm filhos para fazerem sexo com eles até engravidarem, por isso são designadas para reprodução e devem dar à luz crianças saudáveis, o que nem sempre acontece devido os efeitos dos acidentes radioativos.

Sob o novo governo a leitura foi proibida, as universidades extintas, não existem mais livros, revistas ou filmes. As pessoas consideradas traidoras e criminosas são punidas com a

morte e seus corpos são expostos no Muro para servir de exemplo para as outras.

Frente as duas narrativas distópicas, um dos pontos deste trabalho é apresentar os teóricos que fundamentam o conceito de distopia. Para início, há de se considerar que a ideia de uma sociedade perfeita está presente no imaginário da humanidade desde os tempos antigos. Já no século IV a.C. Platão ao escrever a *República* foi um dos primeiros escritores a formular um modelo de sociedade ideal, no entanto, foi Tomás Morus quem deu nome a esse modelo com sua obra *A Utopia*, em 1516.

No sentido etimológico, o termo utopia significa um não-lugar, e com base nesse conceito, Morus descreve uma ilha perfeita onde tudo funciona extraordinariamente bem. O sistema político de Utopia garante emprego, moradia e alimento a todos os utopianos, que por sinal, são pessoas pacíficas e respeitadas que vivem em completa paz e harmonia. A sensação transmitida é de que Morus descreve um lugar inexistente que jamais poderia ser alcançado. Assim é possível refletir que as utopias são reflexos do desespero do homem pós-medieval em manter a esperança num futuro diferente e melhor, embora pareçam se tratar apenas de lugares ilusórios, frutos da imaginação humana mediante à insatisfação ou desespero.

Em contrapartida, a distopia, segundo Coelho (1980), é um lugar distorcido. Apresenta uma visão distorcida de uma realidade, geralmente pessimista, em que a liberdade humana é retirada e os humanos são dominados por uma força maior que os vigia, escraviza e controla.

Outro ponto importante neste trabalho é a análise dos instrumentos de manipulação ideológica nos regimes totalitaristas, especialmente a falsificação ou manipulação da realidade. Pode-se dizer que essa manipulação de elementos da realidade é uma grande característica de um regime totalitário, como diz Hannah Arendt: “o possuir poder significa o confronto direto com a realidade, e o totalitarismo no poder procura constantemente evitar esse confronto, mantendo o seu desprezo pelos fatos e impondo a rígida observância das normas do mundo fictício que criou.” (ARENDR,1989,p.442). Significa dizer que o totalitarismo cria sua própria realidade, ignorando o que se passa fora do seu domínio. Ele usa de todos os recursos possíveis para estabelecer sua “verdade” e manter a população alienada.

Hanna Arendt descreve, assim, as estratégias de manipulação exercidas pelos regimes totalitaristas que assolaram as sociedades no século XX. O uso do terror, a propaganda, a vigilância constante, tudo que contribuisse para permanência da relação de poder que estava em vigor no momento.

Para abordar o tópico referente à vigilância exercida nas obras em estudo, serão consultados alguns conceitos do filósofo do século XX, Michel Foucault. Em *Vigiar e punir* (1999), Foucault descreve o percurso evolutivo dos sistemas de punição através do tempo. Ele

apresenta a prática dos castigos físicos que variavam de acordo com o crime cometido pelo sujeito condenado. Nomeados de suplícios, esses castigos eram aplicados em praça pública e encarados como forma de espetáculo. Mas com o passar do tempo o suplício tornou-se algo intolerável aos olhos da sociedade, via-se a necessidade de encontrar uma nova forma de punir e “eliminar essa confrontação física entre o soberano e o condenado”¹.

Posto fim aos suplícios, instaurou-se o método das prisões, no qual, a partir de agora a punição era incorpórea, isso significa que o corpo não seria penalizado, mas seriam suprimidos alguns direitos do condenado. O objetivo era diminuir ao máximo as punições por via de dor, assim, até quem fosse condenado à pena de morte seria submetido à guilhotina, pois:

Quase sem tocar o corpo, a guilhotina suprime a vida, tal como a prisão suprime, ou uma multa tira os bens. Ela aplica a lei não tanto a um corpo real e susceptível de dor quanto a um sujeito jurídico, detentor, entre outros direitos, do de existir. Ela devia ter a abstração da própria lei. (FOUCAULT, 1999, p. 17)

Segundo Foucault, esse método era mais igualitário e o menos doloroso porque proporcionava morte imediata, e o contato do carrasco com o criminoso era o mínimo possível. Mas o que interessa destacar a esta pesquisa é o princípio do panóptico elaborado por Bentham (2008) e retomado por Foucault em *vigiar e punir* (1999). Nas descrições de Bentham, o panóptico consiste numa construção circular com uma torre ao centro que divide-se em várias celas, as quais cada uma possui duas janelas que permitem a passagem da luz e proporcionam total visibilidade do seu interior e, portanto, da pessoa que a habita.

Assim os prisioneiros ficam sujeitos a constante vigilância sem ter conhecimento do observador e nem contato mínimo com os outros aprisionados. O intuito do panóptico é manter o detento sempre consciente de que está sendo vigiado, pois é pouco provável que o vigia esteja incessantemente em seu posto de vigilância, entretanto, o que prevalece é a sensação de estar sendo observado constantemente e a incerteza de sua presença. Dessa forma, o panóptico cria uma relação de poder em que o detento se sujeita espontaneamente, e não é necessário o uso da violência para que ele se comporte bem.

O filósofo afirma que o sistema panóptico é um eficaz aparelho de controle devido a sua influência no comportamento do indivíduo através do seu sistema de vigilância que funciona como um laboratório de poder capaz de intensificar qualquer estrutura de poder num

¹FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. (p. 94).

nível sem igual.

Posto isso, julgou-se necessário abordar, também, as definições de poder. Na sua obra *Microfísica do poder* (1998), Foucault diz que o poder não existe. Não de uma forma concreta, a qual pode-se definir uma teoria possível de estabelecer suas características universais, e, tampouco este se limita ao governo. Está em todos os lugares e não pode ser conquistado ou perdido, mas exercido. Cada indivíduo exerce poder sobre o outro e o outro exerce sobre ele, dessa maneira se criam micro relações que formam uma grande rede. O autor, em *Vigiar e punir* apresenta o uso do poder para disciplinar os indivíduos através das tecnologias de vigilância que subjagam o detento, o operário, o aluno e o paciente. E estabelece uma relação de subjugação automática, no qual o próprio indivíduo se comporta bem diante da incerteza de ser observado ou não pelos seus superiores.

Considerando a importância de se estudar os artificios de controle social, tais conceitos e autores apresentados anteriormente servirão de base para a legitimação da análise que se pretende realizar na presente monografia. É perceptível, através das obras que serão analisadas, que por meio da ficção tem-se uma noção de como é viver numa sociedade sem liberdade, privacidade e autonomia, onde tudo é pensado para colocar o indivíduo "comum", ou a massa, numa grande unidade, de forma que todas as suas particularidades e subjetividade sejam ignoradas, com o propósito de coisificar o indivíduo, para que este colabore com a relação de poder que é exercida sobre ele.

Mas além dessa docilização dos corpos, para exercer poder sobre um grupo é preciso fazer uma dominação da mente, da forma de pensar das pessoas. Então entra em cena o domínio pela ideologia. A dominação ideológica para Althusser (1992) ocorre a partir dos AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado) e ARE (Aparelhos Repressivos do Estado). A diferença entre ambos é que, enquanto os aparelhos ideológicos se ocupam em disseminar uma ideologia no dia a dia das pessoas de forma natural, os aparelhos repressivos fazem o mesmo só que por meio da violência. No entanto, o autor destaca que nenhum funciona somente pela ideologia ou somente pela repressão, na realidade, os dois funcionam simultaneamente. Nas obras *1984* e *O conto da aia* é possível identificar alguns desses Aparelhos de Estado, por exemplo, a Polícia do Pensamento ou os *Olhos* atuando como ARE.

A justificativa para a escolha deste tema é que ele partiu, à princípio, do interesse pela leitura de literatura distópica, especialmente as mais contemporâneas. Além disso, veio também da importância do aspecto reflexivo que as distopias apresentam em suas narrativas. A partir disso, espera-se que este trabalho acenda não só o interesse em estudar sobre o tema mas também desperte a capacidade de identificar as ações disciplinadoras nas sociedades que

nós estamos inseridos. E assim perceber as relações de poder que atuam sobre os indivíduos, especialmente as que visam o controle social e o silenciamento.

Diante do que foi explicitado, esta pesquisa irá mostrar os artifícios de controle social utilizados nas obras, analisando e demonstrando como estes se apresentam. Assim, busca-se compreender a atmosfera de opressão e manipulação criadas tanto pela entidade O Grande Irmão em *1984*, quanto pelo governo dos Filhos de Jacó, em *O conto da aia*.

Para isso, estabeleceu-se a seguinte pergunta de pesquisa que norteará a presente análise: quais são os artifícios de controle social utilizados para manipulação das massas nas obras *1984* e *O conto da aia*? Sob o objetivo geral: analisar os artifícios de controle social utilizados para manipulação das massas em *1984* e *O conto da aia*. E como objetivos específicos definiu-se os seguintes: explicar quais são os artifícios de controle social; exemplificar como os artifícios de controle social foram usados na prática no período dos regimes totalitários; e por fim, demonstrar como tais artifícios de controle social são utilizados para manipulação das massas nas obras *1984* e *O conto da aia*.

Quanto aos procedimentos metodológicos a presente pesquisa é de natureza básica, caracteriza-se por ser qualitativa e de caráter bibliográfico, pois tem o intuito de analisar a manipulação das massas nas obras *1984* e *O conto da aia*. Para tal fim, se fará a revisão bibliográfica de textos que tratam sobre literatura e sociedade (CANDIDO, 2006), Ideologia (CHAUÍ, 2008; ALTHUSSER, 1992) as realidades utópicas e distópicas (COELHO, 1980) assim como as relações de poder (FOUCAULT, 1998), conseqüentemente, também se abordará o tema da vigilância (BENTHAM, 2008; FOUCAULT, 1999), e as características de regimes totalitários e suas formas de controle apresentados por (ARENDT, 1989).

Quanto ao ponto de vista dos objetivos, esta pesquisa é descritiva e explicativa. Portanto, dos objetos de análise, serão recolhidos trechos das obras que apresentem as principais formas de manipulação e controle social, isto é, os discursos, ferramentas e o controle exacerbado sobre a população, e a partir disso, explicar tais elementos.

À vista disso, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda um pouco sobre relação do social com o literário e os elementos que os aproximam e que distanciam. Ainda neste capítulo, adentrou-se no conceito de ideologia e suas concepções ao longo dos anos, assim como também abordou-se as definições de poder e suas classificações de acordo com as teorias de Foucault, como poder disciplinar e vigilância panóptica.

No segundo capítulo, apresentou-se o conceito de utopia e distopia para melhor compreensão de ambas as obras analisadas. Em conjunto com a abordagem sobre o

totalitarismo no qual foram expostas suas principais características a fim de aproximar com as realidades descritas nas obras.

No terceiro capítulo, realizou-se a análise das obras *O conto da aia* e *1984*. Assim sendo, identificou-se os artifícios de controle social apresentados anteriormente, de forma que seja feita a aproximação dos pontos de semelhança e diferença entre ambas.

1 LITERATURA, IDEOLOGIA E PODER

Antonio Candido no capítulo “Literatura como sistema” presente no livro *Formação da literatura brasileira* (2006), traz a discussão do conceito de que a literatura é “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase”. (p.25). E é graças a esses denominadores que as obras podem ser classificadas como pertencentes a um movimento ou uma escola literária. E quando surge uma produção isolada, que não está inserida num sistema, é chamada de “manifestação literária”.

Os denominadores são divididos em dois grupos: os internos, que se referem ao que é fundamental para existência da literatura, como a língua para expressar os pensamentos e ideias de uma sociedade e os temas que envolvam e gerem identidade; e os externos, compostos pelos elementos de natureza social e psicológica, “que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização”. (CANDIDO, 2006, p.25).

Esses elementos externos são: “a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida e estilos), que liga uns aos outros.” (CANDIDO, 2006, p.25). Basicamente, se trata da relação entre autor, público e obra.

Dependendo da época, a configuração da sociedade se constitui de um jeito que molda o indivíduo pertencente a ela, tanto o seu comportamento como a maneira de enxergar o mundo. O leitor do século XIX, por exemplo, não é o mesmo do século XXI, obviamente. Mas não apenas porque são pessoas diferentes, mas a época é outra, os problemas sociais são outros, as discussões, a visão de mundo, tudo diferente. Conseqüentemente, em algum momento as características sociais ou mesmo eventos históricos aparecem na literatura, constituindo-a como arte.

No seu livro *Literatura e Sociedade* (2006), Candido afirma que o elemento social

não se restringe a prover materiais para elaborar uma determinada obra, mas faz parte de sua construção enquanto obra artística: “sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*.”(CANDIDO, 2006, p.13). Com isso, pretende ultrapassar as análises paralelísticas que apontam de um lado, o social, e do outro, sua ocorrência nas obras.

O autor destaca o fato de que análises desse tipo devem ser evitadas por permanecerem no campo da superficialidade em que o elemento social se mantém como externo e não permite que se realize uma interpenetração. Por isso, é importante ressaltar que o social é essencial para uma investigação crítica, tornando-se um elemento interno que determina, muitas das vezes, o valor estético. Portanto, a análise deve-se pautar na busca por expor o objeto em várias dimensões reconhecendo que o social configura a produção artística.

1.1 Ideologia e Noções de Poder

Comumente ouve-se falar em ideologia, principalmente, no meio político. E com isso, é muito frequente se deparar com expressões como "ideologia de gênero", "ideologia partidária", entre outras. Geralmente, essas expressões são utilizadas para se referir à ideia de dominação ou influência de um conjunto de ideias sobre um indivíduo ou um grupo. Entretanto, é de suma importância compreender que a ideologia não se resume a qualquer conjunto de ideias, mas um ideário, como afirma Marilena Chauí (2008), político, histórico e social que através do ocultamento da realidade, mantém um sistema de dominação política, exploração econômica e desigualdade social.

Segundo Chauí no livro *O que é ideologia* (2008), o termo "ideologia" apareceu na França pela primeira vez. Ele aparece no livro de Destutt De Tracy, *Éléments d'Idéologie* (Elementos de Ideologia), no ano de 1801, que, em conjunto com os autores Cabanis, De Gérando e Volney, Destutt De Tracy procurava "elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente." (CHAUÍ, 2008, p.25). Só que na busca por essa elaboração, o autor formula uma teoria sobre as faculdades sensíveis que, segundo ele, teriam responsabilidade na formação das ideias. Assim, ele as classifica como: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). (Chauí, 2008)

Por vários motivos, muitos enxergam a palavra ideologia com sentido negativo, mas isso não é característico exclusivamente da sociedade contemporânea. De acordo com Karl

Mannheim (1986), o sentido pejorativo de "ideologia" originou-se quando Napoleão Bonaparte cunhou um grupo de filósofos que se opunha a suas ambições imperialistas de "ideólogos".

Mais tarde, Auguste Comte em seu livro *Cours de Philosophie Positive* (Curso de Filosofia Positiva), atribuiu dois significados ao termo. De um lado, permanece o significado de ideologia como atividade filosófico-científica que estuda a formação das ideias ao observar as relações entre o corpo humano e o meio ambiente, utilizando, como ponto de partida, as sensações. Do outro lado, significa, também, o conjunto de ideias de uma determinada época tidas como opinião geral.

A partir de tais proposições, o positivismo comtiano explica que o espírito humano passa por transformações que significam progresso ou evolução. E durante o percurso dessas transformações, a humanidade passa por três fases sucessivas: a fetichista, a qual explica-se a realidade por meio de ações divinas; a metafísica, em que as explicações se baseiam em princípios gerais e abstratos; e a última é a fase positiva ou científica em que o homem analisa os fatos observando e encontrando as leis gerais que determinam os fenômenos naturais e humanos. Dessa forma, a cada fase cria-se um conjunto de ideias que explicam tais fenômenos, considerados a ideologia de cada fase.

Assim, ideologia é sinônimo de teoria no sentido de sistema que organiza os conhecimentos científicos. Nesse caso, a ideologia, enquanto teoria, é de domínio dos sábios. Diante disso, o positivismo declara que os que possuem o saber científico são os capacitados para administrar uma sociedade devidamente organizada.

Émile Durkheim também utiliza o termo "ideológico" no capítulo II do seu livro *As Regras do Método Sociológico*. Para ele, todo conhecimento que não esteja de acordo com os critérios da objetividade científica apresentada em seu livro, é ideologia.

Não se pode deixar de mencionar a concepção marxista, que privilegia os pensamentos dos pensadores alemães posteriores a Hegel. Para Marx, "ideologia não é um processo subjetivo consciente, em que um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos". (CHAUÍ, 2008, p.73). Significa que se um indivíduo faz parte de uma classe na qual ele é submisso, isso o impede de se reconhecer como fazedor da própria classe, isto é, não enxerga que a atividade dos membros é que a constrói. Ao invés disso, ela se apresenta como algo que existe por si e que o indivíduo não tem qualquer influência sobre ela e participa querendo ou não. Se torna algo natural e inevitável, como se fosse o destino.

Para fortalecer e confirmar tal pensamento, a ideologia burguesa, juntamente com

seus intelectuais, propagam essa ideia, fazendo com que os homens acreditem que a desigualdade é natural e sempre existirá. Elevando, também, a ilusão de que os que mais trabalham ficam ricos e os preguiçosos só tendem a empobrecer a cada dia. Dessa forma, a classe dominante domina as classes mais baixas alienando-as e, assim, sustentam o sistema e perpetuam a desigualdade.

Importante abordar que o poder da ideologia age diretamente na constituição dos homens enquanto sujeitos pertencentes a um determinado grupo social. Segundo Karl Mannheim (1986), o homem é influenciado pela sociedade, de forma que as suas posições, o jeito que enxerga a realidade, de alguma maneira, é consequência do meio social ao qual pertence e se torna decisivo na formação da mentalidade do indivíduo, ou seja, a construção da visão de mundo de um sujeito é resultado das ideologias que o cercam.

O filósofo francês Louis Althusser adotou o marxismo como área de investigação para desenvolver sua teoria dos Aparelhos de Estado. Segundo ele, o Estado é uma "máquina de repressão" que assegura a dominação por parte das classes dominantes (burguesia) sobre os operários no século XIX. Por isso, para:

[...] fazer avançar a teoria do Estado, é indispensável ter em conta, não somente a distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, mas também outra realidade que se manifesta junto ao aparelho (repressivo) do Estado, mas que não se confunde com ele. Chamaremos esta realidade pelo seu conceito: os aparelhos ideológicos do Estado. (ALTHUSSER, 1992, p.67)

Os aparelhos ideológicos são responsáveis por espalhar e inserir uma determinada ideologia no cotidiano das pessoas naturalmente. De acordo com o teórico francês, esses aparelhos ideológicos equivalem à instituições, como está apresentado abaixo:

- O AIE religioso (O sistema das diferentes Igrejas),
- o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares),
- o AIE familiar,
- o AIE jurídico,
- o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos),
- o AIE sindical,
- o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.),
- o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.).

Além dos aparelhos ideológicos, Althusser apresenta os Aparelhos Repressivos do Estado. Destaca que estes funcionam pela violência e repressão enquanto aqueles funcionam através da ideologia. E como exemplo de instituições repressivas pode-se citar a polícia,

exército e etc.

Ainda que apresentem essa diferença nenhum dos dois aparelhos funciona inteiramente pela ideologia ou pela repressão. Na realidade, o autor afirma o seguinte: "Diremos, com efeito, que todo Aparelho do Estado, seja ele repressivo ou ideológico, "funciona" tanto através violência como através da ideologia". Ou seja, em cada um prevalece um de maneira massiva. (ALTHUSSER, 1992, p. 70).

1.2 O Micro Poder

De acordo com Machado na introdução do livro *Microfísica do poder* (1998), as análises foucaultianas acerca do poder não têm base numa teoria geral sobre o tema pelo seguinte motivo: o autor "não considera o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais". (FOUCAULT, 1998, p. X). Isto é, o poder não pode ser apreendido como um objeto ou uma coisa em que se é possível distinguir características e detalhes [...] "é uma prática social e, como tal, constituída historicamente."

E foi ao estudar a formação das sociedades capitalistas, no que se refere ao surgimento da instituição carcerária e a sexualidade, que Foucault percebeu através do próprio material de pesquisa que poder e Estado não são necessariamente sinônimos. Por exemplo, em Foucault, o que poderia se chamar de "as condições de possibilidades políticas de saberes específicos" como a psiquiatria e a medicina, são possíveis de serem encontradas através de poderes locais e específicos articulados entre si, sem ter, necessariamente, uma ligação direta com o Estado, considerado o aparelho detentor exclusivo de poder.

Como Machado aponta, "o que aparece como evidente é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz" (MACHADO, 1998, p. XI). Essas formas diferentes de poder atuam conjuntamente ao poder estatal ocasionando-lhe grandes transformações. Esse poder é capaz de penetrar a realidade mais concreta dos indivíduos, o seu corpo, e mais além, adentrar o próprio corpo social interferindo nas ações cotidianas, o que Foucault denominou como micro-poder.

Sobre o micro-poder, Machado coloca o seguinte: "o que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço de análise quanto do nível em que esta se efetua." (MACHADO, 1998, p.XII). Em outras palavras, o foco de análise

parte das extremidades, portanto, o Estado, que é visto como figura central, não é seu objeto fundamental.

Na tentativa de representar o tipo de análise das relações de poder abordadas por Foucault, é possível imaginar um quadro em que o centro é representado pelo Estado e as bordas seriam os poderes periféricos que abrangem as instituições sociais como família, igreja, escola, hospital, prisão e outros.

Assim, os micro-poderes se manifestam nos diferentes níveis sociais, nos mais variados tipos de relações. Com isso, pode-se concluir que existe uma autonomia e independência dos poderes periféricos em relação ao poder estatal que confirma que o Estado não tem privilégio ou exclusividade para exercê-lo. Devido a essa autonomia percebida por Foucault que ele se dispôs a examinar o exercício do poder desde o nível molecular, “sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro”, contrariando o que ele chamou de análise descendente, a qual analisa a partir do Estado e sua influência e ação sobre as relações sociais mais periféricas.

Assim, Foucault inverte o sentido e realiza uma espécie de deslocamento de lugar pois o ponto de partida não é mais o centro e sim as extremidades.

A análise ascendente que Foucault não só propõe, mas realiza, estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. O estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas de Estado. (MACHADO, 1998, p. XIII-XIV)

Ao fazer essa distinção entre centro e extremidades, nível macro e micro, não é intenção de Foucault “situar o poder em outro lugar que não o Estado”, mas afirmar que os poderes não têm lugar específico dentro da estrutura social pois "funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras" (MACHADO, 1998, p.XIV). Portanto, a ideia de poder tem que ser pensada sobre a ótica da prática, do exercício, e não de posse, porque ele está integrado nas relações sociais, como também afirma Machado:

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas de ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E tudo funciona como uma maquinaria, como uma

máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seus exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento do poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, tela que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações e forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórias que também se distribuem por toda a estrutura social. (MACHADO, 1998, p. XIV)

A genealogia de Foucault propõe outro ponto de vista ao analisar o poder segundo o modo de ação e não sobre a concepção jurídica. Significa que ele não será tematizado apenas como um "fenômeno que diz fundamentalmente respeito à lei ou a repressão", considerando que os filósofos políticos do século XVIII formularam teorias sobre o poder como "poder originário, que se cede, se aliena para constituir a soberania" por via de um contrato. Outras teorias consideram o poder como uma maneira de legitimar o exercício da violência e repressão pelo Estado. Portanto, a partir de tais teorias, ainda sob a ótica do direito, o poder é violência legalizada. (MACHADO, 1998).

A proposta de Foucault tem em vista ir além desse aspecto negativo do poder. No sentido de que ele não carrega unicamente propostas repressivas, como controle da vida dos cidadãos, intervenções, poder arbitrário e ditatorial. E que a própria dominação capitalista não se sustentaria se fosse baseada unicamente na repressão. O que leva ao pensamento que de acordo com os micro-poderes, a força destrutiva do poder no aspecto negativo talvez não seja o mais importante a se analisar. É necessário, também, considerar o lado positivo:

Não se explica internamente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. (MACHADO, 1998, p. XVI)

Desse modo, o poder deve ser observado a partir do seu aspecto transformador, produtor. Porque a sua atuação sobre o corpo do indivíduo se dá, concomitantemente, ao melhoramento e desenvolvimento de suas habilidades.

Com isso, o propósito também é aperfeiçoar o indivíduo intervindo diretamente sobre o seu corpo de forma a domá-lo e docilizá-lo politicamente, além de aumentar a sua utilidade econômica. Assim, Michel Foucault frisa que a aceitação e duração do poder se fundamenta no fato de não se trabalhar somente com a intenção repressiva.

1.2.1 O poder disciplinar

Roberto Machado (1998) afirma que a questão do poder em Foucault se deu durante suas pesquisas acerca da história da penalidade em que o filósofo observou uma relação específica de poder sobre os corpos aprisionados que agia sobre eles através de uma tecnologia de controle. Ele notou que a tecnologia de controle utilizada não era específica da prisão pois era presente em instituições como hospital, escola, exército e as fábricas. Tal poder foi denominado pelo autor como poder disciplinar.

Em vigiar e punir (1999) a questão da disciplina é introduzida primeiramente com a descrição da figura ideal do soldado, que no início do século XVII se baseava na coragem e vigor, além de características no seu porte físico: "os sinais para reconhecer os idôneos para esse ofício são atitude viva e alerta, a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos" [...] (FOUCAULT, 1999, p.162).

Posteriormente, na metade do século XVIII, o soldado passou a ser algo que se fabrica, isto é, tal postura, força, coragem e músculos que eram suas características naturais, no sentido de que ele precisaria já possuir essas condições, passaram a ser ensinadas àqueles que não tinham, nas palavras de Foucault "foi expulso o camponês e lhe foi dado a fisionomia de soldado".

A partir disso, houve a descoberta do corpo como objeto passível de manipulação, que poderia ser treinado, ensinado a obedecer, assim como multiplicar suas habilidades e força. As disciplinas, através de métodos de controle das operações do corpo, impõem uma relação de sujeição que leva à sua docilidade. Através delas estrutura-se um sistema de coerção sobre os corpos a ponto de manipulá-los e determinar seu comportamento e gestos. Basicamente, "o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe." (p.164). Assim, é possível criar corpos obedientes, submissos e exercitados. Em resumo, a disciplina:

dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 1999, p.165)

É possível denominar quatro características disciplinares básicas. A primeira é que a disciplina é um tipo de organização do espaço. Através dela os indivíduos são distribuídos, individualizados em espaços classificatórios que isolam os corpos num espaço fechado. A segunda é um controle do tempo. Nessa o desenvolvimento de alguma tarefa importa mais do que o resultado, o corpo fica sujeito ao tempo para produzir o mais rápido possível. A terceira é a vigilância. Trata-se de um mecanismo descontínuo, porém, precisa que os indivíduos sujeitos a ela acreditem que é constante, perpétua, capaz de alcançar todos os locais e que não há limite para sua lente. Foucault faz relação com o Panóptico de Bentham que permite ver tudo permanentemente sem ser visto. A quarta e última é que a disciplina implica um registro contínuo. Ao exercer um poder, simultaneamente produz um saber.

Mas não significa que todas atuam separadamente. Na realidade, elas estão interligadas. A psiquiatria advinda da medicina, por exemplo, exerce um controle sobre o louco. Desse modo, com a construção do hospital psiquiátrico, o louco é preso e tem seu tempo controlado, seja para medicamentos, cuidados de higiene, tratamentos ou outros. Também institui-se um esquema de vigilância total formada pelos médicos, funcionários e enfermeiros. A própria prática diária serve de base para os melhoramentos das técnicas de tratamento terapêutico. Então, dependendo da instituição haverá a adaptação dessas características e técnicas para atender as necessidades.

A disciplina fabrica o indivíduo. Ele é usado como objeto ao mesmo tempo que é instrumento do seu exercício. Ao contrário do poder soberano pautado no excesso, na demonstração pública do seu poder, é um poder discreto que aos poucos incide as formas maiores. Posto isso, a seguir, será abordado um dos instrumentos que garantem o sucesso do poder disciplinar, a vigilância.

1.2.2 A Vigilância Panóptica

Para garantir que a disciplina seja exercida, precisa-se de um aparelho que observe o exercício, um olhar capaz de coagir aqueles a quem se aplica o poder. Segundo Foucault, ao longo da Era Clássica foram construídos observatórios que exerciam o "ver sem ser visto". Eles se baseavam no acampamento militar, considerado o modelo de monitoramento ideal.

No acampamento, o poder era exercido por uma vigilância exata e total no qual cada olhar constituía a rede de poder. Para que isso fosse possível, a configuração do acampamento era planejada para desenhar uma rede de vigilância em que todos controlavam uns aos outros, e, assim, se desenvolveu o que é chamado de vigilância hierarquizada. Diante disso, surgiu-se

uma problemática:

a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado — para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. (FOUCAULT, 1999, p.197)

Por muito tempo esse modelo pôde ser encontrado nos hospitais, asilos, escolas e outros. De acordo com as necessidades que surgiam, as construções sofriam adaptações em seu esquema de observação. O hospital-edifício, por exemplo, calculava as passagens e aberturas para observar melhor os doentes e evitar contágios. A escola-edifício era focada no adestramento, seu objetivo era adestrar corpos para formar militares saudáveis, obedientes, e prevenir a devassidão como a homossexualidade. A própria arquitetura dos edifícios era um aparelho de vigiar.

Com o passar dos anos, as instituições disciplinares criaram uma gama de mecanismos de controle que funcionou como “um microscópio do comportamento”. A estrutura, as divisões geometricamente definidas formaram não só um aparelho de observação como de registro e de treinamento.

Em resumo, Foucault diz que a vigilância hierarquizada não é uma grande “invenção” do século XVIII, mas a sua importância está em trazer consigo novas técnicas de exercer o poder sobre os outros e tornar o poder disciplinar automático e anônimo. Através dela o poder se espalha tanto nas relações de superior para inferior como, até certo ponto, de inferior para superior, e cria uma rede de observação que se apoia no conjunto de olhares..

Durante as demonstrações de suas pesquisas, Foucault apresenta dois modelos de controle exercidos em determinadas épocas da história: a quarentena e o leprosário. No esquema da quarentena utilizado para contenção da peste na Europa durante o século XVII, as cidades, diariamente, passavam por uma contagem dos cidadãos em cada residência para registrar quantos estavam vivos, doentes ou mortos e os dados eram postos em um relatório entregue a um fiscal que entregava à administração da cidade.

Os funcionários da administração eram os únicos que podiam transitar pelos espaços. E como a cidade era dividida em bairros, cada um ficava responsável pelo monitoramento das pessoas em dado local. No caso de necessidade para sair estabeleciam-se turnos. Vale ressaltar que a punição para quebra da quarentena era a morte. Assim, com as vidas vigiadas,

enclausuradas dentro das suas casas temendo a morte de todos os lados (tanto o perigo da peste como a punição por sair sem permissão), estabelecia-seum modelo de disciplina espacial sobre a população.

Dessa forma, cria-se o poder que põe o indivíduo no seu espaço fechado, proibido de sair, onde os seus movimentos são controlados e registrados e, dependendo do seu estado de saúde, é dividido entre vivos, doentes e mortos. Com isso, o doente e sua doença ou morte passa pelas instâncias do poder por meio da realização do registro patológico.

Por conseguinte, a peste gerou mecanismos de individualização e afastamento, porque “ela prescreve a cada um o seu lugar, a cada um seu corpo, a cada um a sua doença e sua morte, a cada um o seu bem, por meio de um poder onipresente e onisciente que se subdivide ele mesmo de maneira regular e ininterrupta [...]” (FOUCAULT, 1999, p.220)

Já o esquema do leprosário tirava o leproso do espaço coletivo, ou seja, a cidade, e era excluído do convívio da população que era dividida entre leprosos e não leprosos. Nesse modelo, ao contrário da cidade pestilenta, o leproso é um sujeito invisível, os olhares não estão sobre ele, não é assistido pelas administrações, é "visto dentro de uma prática de rejeição, do exílio-cerca: deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar.” (FOUCAULT, 1999, p.222).

Em resumo, a lepra e a peste atuam de formas diferentes uma da outra. De um lado, o exílio do leproso; do outro, o bom treinamento dos habitantes da cidade pestilenta em suas divisões. Ainda assim, ambos são formas de exercer poder sobre os indivíduos e controlar suas relações, a peste ainda mais incisiva através da rede de olhares e controle das vidas.

Ao observar esses modelos, se torna mais fácil visualizar o modelo do panóptico que une tanto a disciplina da quarentena quanto o isolamento do leprosário. Essa tecnologia de controle analisada por Foucault, o panóptico de Jeremy Bentham, trata-se de uma estrutura arquitetônica circular dividida em diversas celas. Esse modelo permite a observação do interior das divisões e de tudo que aconteça dentro por meio de uma torre posta ao centro do edifício. Dentro da torre, supostamente permanece um vigia que nunca é visto, mas especula-se que esteja constantemente em seu posto.

Originalmente, a estrutura carcerária idealizada por Bentham visava garantir o bom comportamento dos detentos através da observação constante em que estariam submetidos. Mas não se limitava a isso, o panóptico poderia ser utilizado em diferentes situações as quais necessitava-se observar e/ou controlar um certo número de indivíduos, seja lá qual for o propósito. como ele afirma:

Não importa quão diferentes, ou até mesmo quão opostos, sejam os propósitos: seja o de punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria, ou treinar a raça em ascensão no caminho da educação, em uma palavra, seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétuas na câmara da morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas, ou hospícios, ou hospitais, ou escolas. (BENTHAM,2008, p.19-20)

Para garantir a eficácia do aparelho prisional seria ideal a inspeção ininterrupta do encarcerado. No entanto, essa vigilância perpétua era praticamente impossível. Como solução, o detento nunca deve saber quem o observa, assim, ele nunca saberá quando está sob monitoramento ou não. O indivíduo interioriza o efeito da vigilância sob a incerteza de que esteja sendo foco do olhar do vigia. Nessa perspectiva, o prisioneiro assume para si a responsabilidade de se comportar diante da possibilidade de sofrer punição caso faça algo fora do permitido.

Por isso, a arquitetura de Bentham é pensada para manter a impressão de patrulhamento constante. O projeto apresenta as celas com duas janelas cada, de modo que a luz perpassa o compartimento de um lado a outro, e devido a localização das janelas que se encontram ao lado da torre e a outra para o lado externo, a incidência das sombras causadas pela luz permite ao inspetor ver cada movimento do detento dentro da cela por meio de sua silhueta.

Conseqüentemente, o panóptico é, também, um instrumento de individualização. Cada cela se destina a um único ocupante, de modo disposto e planejado para que não consiga entrar em contato com os outros. Neste dispositivo, Foucault explica que "o princípio da masmorra é invertido", ou seja, das funções de trancar, privar de luz e esconder, no panóptico só a primeira permanece. "Cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação". (FOUCAULT,1999,p.224).

A partir dessa interpretação, o autor estendeu o conceito do panoptismo para além da estrutura física e aplicou a outras instituições como a escola, hospital, hospício, indústria. Sob sua ótica, o panóptico é uma tecnologia de controle bastante eficaz pois age sobre os corpos e disciplina-os conscientemente sem que seja necessário o uso da autoridade.

E assim, Bentham, ao elaborar seu projeto, partiu do princípio de que o poder deve ser visível e inverificável. Visível no sentido de que a simples presença da torre transmite a

certeza de vigilância incessante. Inverificável porque não se pode comprovar que está sendo vigiado mas ter a certeza de que pode ser. A vigilância induz o indivíduo a viver em estado de alerta e assegura o funcionamento automático do poder ao ser capaz de sustentar uma relação de poder sem a presença daquele que o exerce.

Assim, Foucault percebeu que o Panóptico funciona como uma “espécie de laboratório de poder”, graças a sua capacidade de penetrar o comportamento dos homens através dos mecanismos de vigilância e criar relações de poder automáticas.

2 UTOPIA, DISTOPIA E O TOTALITARISMO

Segundo Coelho (1980), o ser humano que ainda não foi embrutecido pela própria fraqueza ou pela dura realidade possui um traço que poderia ser considerado como uma de suas características. Tal traço é a liberdade de criar uma força contraditória a uma realidade ruim, como um sentimento de esperança de que dada situação insatisfatória possa se transformar em algo prazeroso ou menos desagradável. Isso poderia se chamar esperança ou sonho, mas essas concepções não são suficientes. O que mais se aproxima dessa força é a imaginação, não a imaginação comum que se limita à subjetividade de alguém manifestando suas vontades individuais, mas sim uma estrutura “capaz de prolongar o real existente na direção do futuro” (COELHO, 1980). E, a partir do que já existe e pode ser modificado, antecipa o futuro e o melhora, por meio do que ele vem chamar de imaginação utópica. Assim, o autor a define da seguinte maneira:

Imaginação utópica não é delirante, nem fantástica. Ela parte, sim, de fatores subjetivos produzidos, num primeiro momento, apenas no âmbito do indivíduo. Mas, a seguir, ela se nutre dos fatores objetivos produzidos pela tendência social da época, guia-se pelas possibilidades objetivas e reais do instante, que funcionam como elementos mediadores no processo de passagem para o diferente a existir amanhã. (COELHO, 1980, p. 09)

Por meio dela, o homem protagonizou diversas transformações ao longo de sua história, as invenções, descobertas e até mesmo as revoluções foram guiadas por seu efeito. E ele a projeta a sua frente para então segui-la até o momento da materialização do desejo (COELHO, 1980). E ao contrário do que se afirma que ela só manifestou-se em determinados períodos da história, é inerente ao ser humano e sempre esteve presente nele. Também não se contenta em permanecer na instância do sonho, mas em ter o objeto desejado o mais próximo possível. No entanto, ela não se encerra no momento em que o objetivo é alcançado, sempre há uma ponta que dá início a um novo ciclo que buscará um novo desejo para se concretizar.

Coelho (1980) ressalta que a imaginação utópica não surgiu em circunstâncias ou épocas específicas por causa de sociedades insatisfatórias, mas na realidade sempre existiu. Do ponto de vista religioso pode-se tomar como exemplo as chamadas sociedades primitivas que – através de crenças e lendas – apontam um lugar em que se é possível encontrar a felicidade com base nas histórias transmitidas de geração a geração com o ideal de um paraíso após a morte onde todos serão felizes e livres do sofrimento.

Posto isso, nota-se que desde as primeiras sociedades históricas conhecidas registram-

se manifestações de pensamentos utópicos, embora, somente no século XVI, Tomas Morus publicou sua obra *Utopia*, criando assim um termo que abarca esse conceito. A obra relata a vida dos habitantes de uma ilha chamada Utopia onde todos têm uma vida feliz. O leitor é apresentado ao lugar por meio dos relatos de Rafael, um viajante que teve contato com a terra fictícia perfeita aos seus olhos.

Com isso, Tomas Morus apresenta em sua sociedade criada, um exemplo da imaginação utópica política. Essa, por sua vez, tem o objetivo de estabelecer “uma vida baseada em um novo arranjo político da sociedade firmados em novas estruturas sociais”. (COELHO, 1980, p.18). Em resumo, deseja que todos tenham os mesmos direitos e não passem por nenhum tipo de necessidade, nem que existam pessoas superiores a outras apenas por possuírem mais recursos financeiros. Assim como também deve imperar a liberdade de expressão e religiosa, e a educação seja acessível a todos os indivíduos, entre outras coisas.

A visão de utopia de Karl Mannheim, na obra *Ideologia e utopia* (1986), é fundamentada na ideia de uma ligação entre a utopia imaginária de Morus à sua concretização na vida real. Segundo o sociólogo, a utopia é resultado de uma incongruência entre uma realidade e um estado de espírito: “Iremos referir como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleçam no momento”. (MANNHEIM, 1986, p.216). Isso porque esse estado de espírito orienta o pensamento e a prática para objetos inexistentes na real conjuntura e remete a ideia de transcendência da ordem da existência. O que significa que utopia, para o autor, são as práticas que instauram uma realidade totalmente diferente da que se tem.

É possível supor que talvez em todos períodos da História existiam ideias que transcendiam o existente, embora, nem todas fossem consideradas utopias porque eram condizentes com a visão de mundo de tal época e não ofereciam nenhum caráter revolucionário, pois a utopia é uma ideia ativa na qual tem-se o objetivo de causar uma mudança social concreta, segundo Mannheim.

Vale frizar que por mais que Tomás Morus seja referência ao se tratar do assunto, já no século IV, Platão foi o primeiro a formular um modelo de sociedade utópico, descrevendo em sua obra *A República*, uma cidade perfeita aos seus olhos:

Platão colocará sua cidade no interior, longe do mar e das possibilidades de contato com culturas “degeneradas”, e projetará essa sua Nova Atenas como um exato oposto à cidade do erro, por ele localizada numa suposta Atlântida, que curiosamente entrou para o universo das lendas como exemplo de mundo dourado, do qual estava bem longe. (COELHO, 1980. p.21)

As camadas sociais da República de Platão não se dividiam com base no nível econômico, mas existiriam três classes baseadas nas ocupações que os indivíduos desempenhariam: os governantes, os auxiliares e a terceira classe formada pelo resto das pessoas. Na prática se reduzia em apenas duas já que as duas primeiras se formam a partir do grupo militar e a outra pelo povo. Quanto às funções, o primeiro grupo (governantes e auxiliares) desempenharia a função de defender e administrar a comunidade; o segundo grupo supriria os materiais da sociedade, ou seja, seriam os trabalhadores.

Levando em consideração essa organização, outro ponto que julga-se importante frisar é a discussão de Mannheim sobre a ideia de utopia relativa, a qual o conceito de sociedade perfeita depende do ponto de vista do observador. Ao retomar o trabalho de Platão, é possível observar que o poder continuaria, assim como é hoje, nas mãos de um pequeno grupo, no qual o filósofo seria quem comandaria a cidade porque detém o maior nível de sabedoria. No entanto, esse representante não seria escolhido por uma eleição ou processo semelhante, mas seria definido por indicação, pois, para Platão, as pessoas comuns não eram capazes de eleger o melhor para a cidade.

À vista disso, tanto a República, quanto a ilha de Utopia são ótimas para demonstrar que a linha entre o utopia e distopia é muito tênue, apesar de que na ilha de Morus, contrariamente à República, há eleições – indiretas – as quais o povo elege um grupo que, por conseguinte, elegem outros dentre eles até chegar no governante escolhido. Em suma, o objetivo final de ambos os autores é conter a sociedade e, no caso de A República, fazer imperar o pensamento racional, tanto que Platão não permite que artistas habitem sua cidade por medo de que os ideais artísticos contestem e confrontem com as ideias racionais impostas por ele. Mas importa lembrar que as distopias não eram comuns na antiguidade, o próprio Platão não apresentou sua República como uma forma de governo negativo.

Numa tentativa de conceituar os termos, geralmente, coloca-se utopia e distopia como ideias antagônicas. No entanto, segundo Coelho (1980), de acordo com a etimologia da palavra, o sentido oposto seria topia (lugar concreto), em contrapartida, distopia é um lugar distorcido, isto é, uma realidade utópica distorcida.

Em concordância, Fromm (2009) declara que as narrativas distópicas ou “as utopias negativas expressam o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de autoconfiança e esperança do homem pós-medieval”. (FROMM, 2009, p.269). Assim, o discurso distópico tem uma visão pessimista quanto ao destino da humanidade, porque sempre há uma força que não se pode conter que ameaça a população diariamente, fazendo-a viver sob medo constante.

Mas além de retratar cenários de opressão e dominação, a distopia também problematiza aspectos do presente que, sem uma devida atenção, num futuro provável, podem gerar danos à humanidade. É o caso do demasiado avanço tecnológico ou a vigilância de dados pessoais compartilhados em aplicativos, se considerar-se um contexto mais atual, por exemplo.

Com isso, embora apresentem diferenças, como já foi citado anteriormente, de certa forma, distopia e utopia possuem estruturas de organização semelhantes. Veja que para pôr uma utopia em prática, a trajetória para que se alcance o objetivo final dependeria de algumas práticas que não condizem com os aspectos de uma sociedade perfeita, visto que, para vigorar uma sociedade harmônica, por exemplo, o governo precisaria impor um controle sobre a população e privá-la da sua subjetividade e do direito à liberdade, em benefício do bem coletivo. Isso significa que o sentimento fraterno não seria natural, mas algo imposto aos indivíduos, o que acontece no sistema organizado por Morus.

Retornando às obras dos filósofos, a proximidade com a realidade distópica é notável. Se feito uma análise da estrutura política utópica, facilmente se confunde a uma distopia pois a característica totalitária é presente em ambas. Mas não só o totalitarismo, como outras características se fazem presentes, por exemplo, em Utopia todos têm os olhos sobre você, de forma que, cada indivíduo procure sempre agir corretamente, isso revela uma face oculta da utopia na qual conclui-se que não é esse paraíso que demonstra à princípio.

Mas não só essas tendências totalitárias como outros aspectos revelam distorções dessas estruturas que podem terminar no que chamamos de distopia, gênero que geralmente retrata uma realidade futurística em que o leitor é convidado a refletir sobre a sua realidade presente através de um ambiente sombrio e pessimista que relata uma realidade possível através da ficção.

2.1 Totalitarismo, propaganda totalitária e terror

Quando se trata de totalitarismo destaca-se a autora e historiadora Hannah Arendt e sua obra *As origens do totalitarismo* publicada em (1989). A escritora aborda nesse livro uma discussão sobre os regimes totalitários que surgiram a partir do século XX, descrevendo como estes manipulavam as massas a fim de não só controlá-las como estabelecer um novo sistema político e social baseado em uma ideologia totalitária. Arendt parte de uma abordagem descritiva e analítica dos fenômenos que contribuíram o desencadear do totalitarismo desde as

origens até a consolidação em países europeus.

O totalitarismo em si, começou a disseminar-se logo após a Primeira Guerra Mundial, principalmente a Europa que foi varrida por uma onda antidemocrática e apoiadores de regimes ditatoriais. Partindo da Itália, os movimentos fascistas, por exemplo, se disseminaram facilmente para muitos países da Europa Central e Oriental. (ARENDR,1989)

Segundo Silva (2010), Hannah Arendt considera que embora seja a partir de mudanças políticas e sociais que sucederam o final da Primeira Guerra Mundial que o totalitarismo se originou, o principal motivo “será devido a divinização das ideologias por parte da filosofia que conduziu a uma tirania das ideias" (p.27). As novas ideologias totalitárias se espalharam e permitiram que concordantes pudessem se unir em prol de colocá-las em prática. Assim, antes de atingir o poder total sobre um país, o totalitarismo teve movimentos totalitários que prepararam o terreno para a subida ao poder.

Sobre o início dos movimentos totalitários, era necessário mais componentes para que ganhassem força. Segundo Arendt, as massas eram inconstantes e com a necessidade de conquistá-las, os movimentos irão se caracterizar principalmente pela impermanência, isto é, a contante mudança, capaz de se adaptarem aos anseios da massa de modo que continuem a cumprir seu objetivo e crescer cada vez mais.

Nos países menores da Europa eram comuns as chamadas ditaduras não-totalitárias que seriam os regimes aos quais o líderes não estabeleceram um regime inteiramente totalitário. Por serem pequenos demais em se tratando de material humano, não conseguiram estabelecer um domínio completo, os líderes cientes disso, precisaram se contentar ou corriam o risco de perder o seu território e os súditos já conquistados caso avançassem em busca de dominar outros países. Vale lembrar que até mesmo o regime nazista alemão só estabeleceu de fato o domínio total quando houve a conquista do território Leste que forneceu grandes massas o que possibilitou a criação dos campos de extermínio sem risco de despovoamento. (SILVA, 2010).

Nesse ponto começa a se delinear a importância das massas para os movimentos totalitários. Pode-se dizer que são essenciais para a sua existência, desde que se interessem pela organização política. Elas são compostas basicamente pelas pessoas que “simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores". (ARENDR,1989, p.361)

As massas eram vistas como neutras e, portanto, incapazes de interferir politicamente. Foi exatamente esse pensamento que garantiu o sucesso dos movimentos totalitários, pois

perceberam o seu potencial deixando de lado as diversas ilusões e pré-conceitos que os regimes democráticos possuíam à respeito desse grupo.

Os movimentos totalitários mostraram que, ao contrário do que se dizia que as massas não escolhiam um partido e não eram ativas politicamente, na realidade, foram essenciais para o exército nazista quando lhes deram oportunidade. Esses movimentos foram capazes de organiza-las em prol de seus objetivos, o que os partidos não conseguiram e ocasionou sua queda. Ao serem inseridas politicamente, as massas passam a apoiar os movimentos totalitários e seus líderes enquanto estão no poder. (SILVA, 2010)

Obviamente, o sucesso dos movimentos não se restringe ao apoio das massas. Adotou-se o uso da violência e da propaganda para vencer os outros partidos.

O mistério e misticismo atraíam muito interesse por parte das massas. Por conta disso, as explicações para suas indagações na época dos movimentos totalitários eram baseadas em teorias que destoavam dos fatos históricos (reais) que eram vistos como falsos. Ao invés da verdade, preferiam acreditar, por exemplo, em profecias. Esse elemento místico foi essencial para as propagandas, sendo aliado ao cientificismo ideológico e, assim, permitindo a criação de versões históricas que podiam ser “comprovadas”.

Os fatos não eram considerados pelas massas. Na realidade, “havia-se tornado suspeitas da própria realidade de maneira que o que interessava não eram os factos em si, independente da sua veracidade ou falsidade, mas a coerência e o sentido dos sistemas nos quais os factos são inseridos”. (SILVA, 2010, p.65). Ao perceber esse interesse por parte das massas, estrategicamente, os movimentos totalitários usaram disso como instrumento para expandir o controle e sua ideologia.

Para conquistar a fidelidade desse grupo, os movimentos totalitários escolhiam um líder para encabeçar as ações dos grupos. A figura do líder era considerado um profeta cujas profecias eram infalíveis e essa infalibilidade era uma das principais características da propaganda totalitária, pois significa que tudo que é dito em relação ao futuro irá se efetivar sem sombra de dúvidas, não interessa por quais meios. Entretanto, esse estágio só é possível após a tomada total do poder, só assim tem-se acesso ao necessário para tornar as profecias em verdade. Porque “este cientificismo profético tem por base uma destruição dos factos através da capacidade dos meios totalitários em subjugar a realidade aos seus argumentos”. (SILVA, 2010. p.64).

Significa que o totalitarismo molda a realidade de acordo com seus interesses e usa todos os seus mecanismos para isso, mesmo que seja necessário destruir todos os documentos comprobatórios de um fato ou existência de alguém.

Um exemplo histórico que comprova o sucesso da propaganda totalitária é o Nazismo e a propaganda antisemita. Para disseminar sua ideologia de raça superior, Hitler utilizou a propaganda nazi para demonstrar que os judeus eram “do mal” e representavam tudo de ruim para a nova sociedade que estava a surgir. Assim, “a mais eficaz ficção da propaganda nazista foi a história de uma conspiração mundial judaica”, como afirma Arendt (1989). Os judeus rapidamente passaram a ser considerados verdadeiros demônios, símbolos da desonestidade e corrupção,

Como já referido neste texto, a propaganda não foi a única arma usada para controlar as massas e convencê-las, a violência foi também uma aliada. Com as punições era mais fácil organizar a população, a oposição e os próprios integrantes dos movimentos totalitários. Visto que voltar-se contra eles teria consequências.

A polícia secreta é uma das armas mais eficazes quando se trata de controle por via da força. Assim que o movimento começa a ganhar forma e força espalha-se por vários países de modo secreto para contribuir com a espionagem.(ARENDR,1989). Além disso a função dela é denunciar a oposição, seja secreta ou as que se mostram abertamente, com a tarefa de eliminá-las em prol do movimento.

A coerção acontece de diferentes formas. Segundo Hannah Arendt, a polícia secreta era extremamente cruel em seus métodos. E que durante os regimes totalitários seu papel foi ganhando cada vez mais espaço. No entanto, em certo ponto a população assumia o papel de espionagem dos seus próprios conhecidos:

O primeiro estágio, de desencavar os inimigos secretos e caçar os antigos oponentes, geralmente coincide com a arregimentação de toda a população em organizações de vanguarda e a reeducação dos velhos membros do Partido para serviços voluntários de espionagem, de sorte que os escalões especialmente treinados da polícia não precisam preocupar-se com as duvidosas simpatias dos simpatizantes arregimentados. É durante esse estágio que um vizinho gradualmente se torna mais perigoso para os que nutrem “pensamentos perigosos” que os agentes policiais oficialmente nomeados.(ARENDR,1989, p.472)

Segundo Silva (2010), nos princípios os opositores se caracterizavam pelo desejo de derrotar o totalitarismo, entretanto, existia uns que não necessariamente quisessem impedir e acabar com o movimento, mas apresentavam tendências a possíveis impedimentos no futuro, “qualquer indivíduo pode incluir-se neste grupo em conta que os seres humanos dada a sua capacidade de pensar mudam frequentemente e para o totalitarismo “todo pensamento que se desvia da linha oficialmente prescrita e permanentemente mutável já é suspeito”.(SILVA, 2010, p.75)

Pensando nisso, os espões ficavam atentos a qualquer pessoa que demonstrasse qualquer atitude suspeita, que questionassem algo do regime ou tentasse influenciar outra a questionar também.

Sendo assim, através da propaganda cria-se uma rede de mentiras que sustentam o mundo fictício criado pelos movimentos totalitários. E essa mentalidade imposta era tão eficaz que os próprios membros dos movimentos eram levados a crer que o que é dito pelo líder não é compreensível no agora, ele calcula cada passo visando os efeitos no futuro. Por isso, a figura do líder é essencial para o movimento. Como o autor Silva (2010) afirma:

no sistema totalitário não pode existir sucessão dado que todo o modelo organizacional quer da ideologia quer da própria estrutura assenta e é moldada em função do Líder e dependem, no que toca à consistência do mundo fictício por este criado, da sua infalibilidade sem a qual todo o mundo totalitário desmorona. A sobrevivência dos movimentos totalitários assenta não só na capacidade que o Líder possui em construir um novo mundo capaz de suprir a realidade mas fundamentalmente na sua habilidade em evitar a estagnação do sistema totalitário pois a estabilidade representa a maior ameaça para o mundo totalitário. (SILVA, 2010. P.70)

O líder, como já dito, é peça chave não só para a organização mas também é essencial para evitar que o movimento pare após a tomada de poder.

Seja por medo de ser associado aos que são contra ou mesmo por simpatia ao movimento e sua ideologia, a população passa a denunciar seus próprios amigos, parentes e familiares de conspirarem contra o regime e/ou integrarem a oposição. Assim, o trabalho da polícia tende a ser facilitado e a equipe de espões não é tão requisitada.

Resumidamente, pode-se afirmar que o totalitarismo rouba a liberdade humana. Sua eficiência se dá pelo total domínio. O terror empregado para o objetivo de controlar é extremamente poderoso porque através dele o líder do regime faz qualquer coisa ser real ou não. Com isso, ninguém irá ousar se opor ao regime, pois a população sabe que quem for pego não será punido individualmente, mas todas as pessoas próximas também, sejam amigos, familiares ou outros. E as punições iam a ponto de eliminar qualquer vestígio de existência de uma pessoa e os que tinham memórias dela eram proibidos de mencionar ou sofreriam o mesmo. E dessa forma, o totalitarismo apaga da história os seus opositores.

3 OS ARTIFÍCIOS DE CONTROLE SOCIAL EM 1984 E O CONTO DA AIA

De acordo com Antonio Candido (2006), a compreensão de um texto advém das relações feitas com o período de sua produção. Sob esta afirmação, considerou-se necessário realizar neste tópico uma breve contextualização histórico-social do período de publicação das obras *1984* (1949) e *O conto da aia* (1985).

Eric Arthur Blair, conhecido pelo pseudônimo de George Orwell, é filho de ingleses, mas nasceu na Índia. Ele viveu de 1903 a 1950 e em sua vida adulta trabalhou na Polícia Imperial da Índia, na atual República Democrática de Mianmar. A profissão não lhe agradava porque ele se via como parte de uma das classes opressoras imperiais e, portanto, decidiu abandoná-la pouco tempo depois. (RONCATTO, 2011).

Também morou em Paris onde passou por muitas dificuldades financeiras, lutando até mesmo na Guerra Civil Espanhola, momento histórico que, juntamente com a Segunda Guerra Mundial, confirmaram seu posicionamento político. Os diversos lugares por onde Orwell passou lhe proporcionaram diferentes experiências que lhe inspiraram a escrever ensaios baseados no que viveu.

Ao que tange a suas motivações para escrever, Orwell cita quatro motivos essenciais em seu ensaio “Por que escrevo”: “Puro egoísmo”; [...] entusiasmo estético; [...] impulso histórico [...] e propósito político”.(ORWELL, 2021, p. 17-19). Nesse ensaio, o escritor escreve sobre si e comenta sobre o processo e o desenvolvimento da sua escrita política.

Baseado nos conteúdos de suas últimas obras, o foco permanece nos dois últimos. O que contribuiu para esse interesse e sensação de necessidade em falar de política através da literatura foi o período histórico que o referido autor vivenciou, o qual justifica a temática das suas duas últimas distopias: *A revolução dos bichos* (1945), que foi sua primeira experiência com a escrita de teor político, e o livro seguinte, *1984*, em que o autor empregou com excelência esses elementos.

À vista disso, segundo o próprio autor, os assuntos que um escritor aborda são determinados pela época em que está inserido (ORWELL. 2021). Ele teve sua vida moldada desde o nascimento por conflitos, presenciou duas grandes guerras mundiais, observou a transformação de uma Europa envolta em teorias socialistas, liberais e totalitárias que, com toda certeza, mexeram com sua forma de ver o mundo.

Por isso, é notório que a Londres de *1984* corresponde à capital inglesa conhecida por Orwell, em que a situação da Inglaterra pós-Segunda Guerra era ainda de tentar se recuperar

dos estragos. Diante das dívidas adquiridas com o investimento em material bélico e das dificuldades vividas pela população, que sequer tinha como conseguir alimento, ele temia que a democracia estivesse com seus dias contados no país, visto que ascendiam governos autoritários em outros lugares do mundo. (KYNASTON, 2007 *apud* RIBEIRO, 2013, p.33).

Por isso, na visão de Orwell, os tempos exigiam que os escritores se manifestassem à respeito da situação histórica, ou seja, que exercessem sua função social. Isso explica a sua escrita engajada, pois de acordo com ele, em outros tempos nada o impediria de escrever apenas pela estética. (ORWELL, 2021)

Assim como várias outras distopias, o romance *1984* apresenta o controle dos indivíduos de diversas formas. Essa característica marcante no gênero pode ser compreendida, por exemplo, pela crescente ascensão dos regimes ditatoriais e declínio dos governos democráticos no início do século XX. Com base nisso, o autor de *1984* mostrou na obra vários artifícios de controle social - a manipulação de registros históricos, propagandas, vigilância e censura - que foram usados no século XX em que Orwell observava as crueldades em países totalitários como a União Soviética e Espanha.

Em *O conto da aia*, de Margaret Atwood, os Estados Unidos foram transformados em República de Gilead em decorrência do assassinato do presidente por um grupo de fundamentalistas religiosos denominados “Filhos de Jacó” que ascenderam ao poder. Essa nova sociedade baseada nos valores cristãos e retorno aos princípios bíblicos retirou gradativamente os direitos femininos, subjugando as mulheres à categorias inferiores da sociedade.

O cenário em que se desenvolve a narrativa não se distancia dos elementos existentes em 1985 quando a obra foi publicada. Segundo Buchweitz (2020), a publicação de *O conto da aia* em 1985 se deu num contexto em que a América do Norte, especialmente os Estados Unidos, passava por um período sociocultural bastante conturbado. Utilizando as palavras da historiadora Isabela Gomes Parucker², o contexto histórico dos Estados Unidos na década de 80 era o seguinte:

Nos EUA, por exemplo, foram criadas redes de televisão cristãs cujo foco da programação eram os "valores familiares tradicionais". Posicionavam-se contra o aborto, a liberdade sexual das mulheres, o divórcio, o feminismo, a homossexualidade. Sob a égide desses valores, ativistas políticos que se diziam "a favor da família" atacavam movimentos feministas, alegando que a emancipação das mulheres estaria libertando-as da liderança de seus

² PARUCKER, Isabela Gomes. “**Vivíamos nas lacunas entre as histórias**”: ficção, história e experiência feminina em *The Handmaid’s Tale*, de Margaret Atwood. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

maridos e destruindo a família tradicional. (PARUCKER, 2018 *apud* BUCHWEITZ, 2020, p. 44-45)

E nasce *O conto da aia* em meio a uma onda conservadora que surgiu mesmo após importantes movimentos sociais na década de sessenta, abordando várias questões referentes a liberdade e direitos femininos.

3.1 Realidades distópicas em 1984 e O conto da aia

No capítulo anterior em que abordou-se a respeito das distopias e utopias em se tratarem basicamente de criações de sociedades fictícias que refletem a percepção do ser humano sobre o futuro, de forma negativa e positiva, julgou-se necessário identificar as características distópicas e utópicas em *1984* e *O conto da aia*.

Antes, vale lembrar que a distopia apresenta caráter de alerta, procura chamar atenção para um perigo eminente e seus efeitos futuros sobre determinada sociedade. Geralmente apresenta uma visão pessimista e desesperançosa. Por outro lado, a utopia está no campo da idealização. Suas características mais marcantes são sociedades perfeitas, no sentido de serem pacíficas, harmônicas, igualitárias e justas.

Postas essas considerações iniciais, o livro *1984* demonstra uma atmosfera extremamente opressora e dominadora. A população tem sua rotina regrada e monitorada constantemente. Até mesmo os exercícios físicos são obrigatórios e instruídos por professores do Estado, de modo que, todo cidadão pratique sua atividade física diária e se mantenha saudável para cumprir suas tarefas.

Importante ressaltar também que em ambas as obras a liberdade é o primeiro direito a ser confiscado. Os cidadãos de Oceania, por exemplo, vivem sob controle de suas mentes e acreditam nos maiores absurdos. E a total falta de privacidade mediante a presença das *teletelas* que transmitem tudo que capturam no ambiente, também garantem que nenhum homem seja livre para fazer o que deseja sem correr o risco de ser punido caso fuja das regras. Não se pode deixar de citar também os cartazes do Grande Irmão espalhados por toda parte observando você.

Em *O conto da aia*, as mulheres são as principais afetadas com o regime. Todas perderam a liberdade de ter um emprego, de se vestirem como quiserem, de andarem por onde e que hora desejarem, até mesmo o seu dinheiro na conta bancária deveria passar para o marido ou parente do sexo masculino mais próximo.

O retrocesso fez com que todas recebessem funções específicas de acordo com a

categoria que foram destinadas. Foram determinadas para habitar somente o ambiente doméstico, perderam o direito de ler e escrever, de escolher com quem se casar ou ter qualquer tipo de relacionamento. E aquelas que não aceitarem as condições impostas são mandadas para as colônias das não-mulheres onde terão que trabalhar em condições insalubres e perigosas pelo resto de suas vidas.

Tais características tornam claro o caráter distópico das obras. Contudo, também é possível fazer uma aproximação com os conceitos de utopia já apresentados anteriormente. Primeiramente, é necessário resgatar o que Mannheim (1986) afirma sobre a utopia relativa. Segundo ele, a sociedade perfeita se delineia a partir do ponto de vista do observador. Por exemplo, a República de Platão era o modelo de sociedade ideal em seu ponto de vista, no entanto, assim como nas distopias *1984* e *O conto da aia*, em que o poder permanecia na mão do Partido e dos Filhos de Jacó, o poder também ficaria nas mãos de um grupo restrito responsável por comandar a cidade. Outra semelhança evidente é a falta de eleições tanto na República quanto em *1984* e *O conto da aia*.

Nitidamente, percebe-se que a utopia de Platão possui estrutura semelhante às distopias de Orwell e Atwood. Por mais que a intenção do criador seja positiva, os meios de pôr em prática acabam por distorcer o objetivo inicial. Visto que a garantia de funcionamento da estrutura utópica requer um líder que impõe controle, enquanto as pessoas devem renunciar sua liberdade para atender os requisitos da sociedade utópica em prol do bem coletivo. Portanto, aquele que ameaça o funcionamento da estrutura deve ser eliminado. Esse é um aspecto que remete aos governos totalitários. Em conclusão, pode-se observar que a utopia e distopia andam juntas e revelam ser faces de uma mesma moeda..

3.2 Ideologia como forma de poder em 1984 e O conto da aia

Ainda neste capítulo, serão analisados os métodos de controle social no campo ideológico utilizados pelos órgãos governantes em *1984* e *O conto da aia* para alienar suas respectivas sociedades.

Em *1984*, George Orwell apresenta o *Socing*, sistema de controle ideológico aplicado em Oceania. O termo é originado da *novafala*, língua criada para substituir o inglês futuramente, que pretende condensar o vocabulário ao ponto de que não existam palavras suficientes para expressar pensamentos rebeldes ou críticos na população. O termo significa o mesmo que “English Socialism” que traduzido equivale a “Socialismo Inglês”. O *Socing* nomeia a ideologia totalitária exercida por um grupo restrito, representada por uma figura

nunca vista pessoalmente, o Grande Irmão. O tal grupo é chamado de Partido e seus membros dividem o poder entre si.

O *Socing* possui três princípios básicos expressos pelos seguintes slogans: GUERRA É PAZ, LIBERDADE É ESCRAVIDÃO, IGNORÂNCIA É FORÇA. Os antônimos empregados representam a contradição da ideologia. Ao afirmar que guerra é paz, o Partido justifica para a população o constante estado de guerra vivido pelo país e instaura o sentimento patriótico. O segundo slogan desperta a ideia de que a liberdade impede o indivíduo de ser sucedido e que é necessário ser submisso para viver dignamente. O terceiro exprime a forma como o Partido é fortalecido pela ignorância do povo que não tem conhecimento sobre o que acontece no interior do governo e é obrigado a aceitar sem questionamentos aquilo que eles querem que a sociedade acredite.

Mostra-se ao longo do enredo que a contraditoriedade é característica desse sistema de controle ideológico. Para exercê-la de modo eficaz, o Partido cria o *duplipensar*, definido na obra da seguinte forma:

Saber e não saber, ter consciência de toda a verdade ao mesmo tempo em que conta mentiras urdidas com cuidado, defender simultaneamente duas opiniões excludentes entre si, reconhecendo sua contradição e acreditando em ambas, usar lógica contra lógica, repudiar e também reivindicar a moralidade, acreditar que a democracia era impossível e que o Partido era o guardião da democracia, esquecer o que quer que fosse necessário esquecer para, então, trazê-lo de novo à mente no momento preciso e prontamente esquecê-la e, acima de tudo, aplicar o mesmo processo ao processo em si – esta era a sutileza final: induzir conscientemente o inconsciente e então, mais uma vez, tornar inconsciente o ato de hipnose que se acabara de levar a cabo. (ORWELL, 2021, p. 56)

Dessa forma, o *Socing* obriga as pessoas à acreditarem nessa ideologia contraditória que muda os fatos a qualquer momento e modificam o passado e o presente de acordo com o interesse dos detentores do poder. Fazem de forma tão natural que a maioria não percebe as mudanças acontecendo diante dos seus olhos.

Mas todo esse controle não abrange cem por cento da população. Ainda existem pessoas que resistem ao *Socing*. Winston, o protagonista, demonstra sua resistência secretamente ao ter consciência do que acontece. O próprio faz parte do esquema de manipulação, pois trabalha diretamente no Ministério da Verdade editando e destruindo provas de um passado que é constantemente reescrito. Por ter contato com os documentos antigos, mesmo que para alterá-los, ele percebe as incongruências em relação ao presente.

Observe a seguir um dos momentos em que Winston fica inconformado com a manipulação do Partido:

Winston estava fumando um Vitória, tomando todo o cuidado para mantê-lo na horizontal. A nova ração só seria distribuída no dia seguinte, e ele só tinha mais quatro cigarros. Naquele instante fechara os ouvidos para ruídos mais remotos e escutava o que vinha da teletela. Aparentemente, haviam ocorrido até mesmo manifestações de agradecimento ao Grande Irmão pelo aumento da ração de chocolate a vinte gramas por semana. E ontem mesmo, ele refletia, fora anunciado que a ração seria *reduzida* a vinte gramas por semana. Como era possível que engolissem aquilo, apenas vinte e quatro horas depois? Mas sim: engoliam. (ORWELL, 2021, p. 82-83)

Note que apenas um dia antes o governo anunciou que a quantidade de comida seria diminuída para vinte gramas, porém isso parece negativo, afinal se a comida está sendo reduzida é porque as coisas não estão indo bem. Então, o Partido entra em ação para transformar essa situação em algo positivo e, ao invés de dizer que a comida será reduzida, terá um aumento para vinte gramas. E assim é feito, a população irá acreditar e não deve lembrar da notícia anterior que dizia o contrário. Não havia escolha, todos engoliriam essa nova verdade.

É perceptível, também, em vários momentos, que Winston encontra-se solitário por não ter com quem partilhar sua visão crítica sobre o que acontece em Oceania mediante o perigo que isso pode se tornar. Dessa forma, o personagem vive um dilema entre prolongar sua existência e confrontar o partido totalitário. Ele se reconhece como criminoso pois comete o pior de todos os crimes: duvidar do *Socing*. E por mais que ele mantenha seus questionamentos apenas em sua mente, esse ato por si só já o faz um “*crimepensador*”:

Ele havia cometido – e ainda teria cometido, mesmo que sua pena jamais tivesse tocado o papel - o crime fundamental, o crime que continha em si todos os demais. *Crimepensar* assim o chamavam. *Crimepensar* não era algo que se podia esconder para sempre. Você até podia escapar por um tempo, mesmo por anos, mas cedo ou tarde com certeza eles o prenderiam. (ORWELL, 2021, p.34)

Mesmo Winston sendo um dissidente, estava nítido que em algum momento ele seria pego. Nas fases finais da narrativa fora revelado que a amizade de O’Brien com ele e sua parceira Júlia era um plano do Partido para que ambos fossem descobertos e punidos até se renderem à ideologia do Grande Irmão. Nesse momento, entende-se o quão importante é a dominação do pensamento. Assim, não é suficiente prender e torturar o casal rebelde, mas curá-los do pensamento crítico. E depois de longas seções de terror psicológico e violência física, Winston Smith é convertido ao *Socing*.

O espasmo passou. Ele recuou o cavalo branco de volta ao seu lugar – naquele momento, não conseguia se debruçar num estudo sério do movimento. Mais uma vez seus pensamentos divagaram. Quase

inconsciente, ele traçou com o dedo na poeira da mesa: $2+2=5$. (ORWELL, 2021, p.360).

A conversão assegura que os rebeldes abandonem sua ideologia pessoal e adotem o *Socing*. O fato de Winston passar a acreditar que $2+2=5$ confirma o sucesso obtido pelo Partido. Afinal se o Grande Irmão diz que dois e dois são cinco e não quatro, assim é até o momento que ele determinar. Este é o duplipensamento. Por fim, Winston se mistura à massa acrílica de Oceania, e finalmente “ele amava o Grande Irmão”.

Passando para o contexto de *O conto da aia*, na nova República de Gilead impera um governo que possui base nos princípios bíblicos ultraconservadores, estabelecendo-se um regime teocrático cuja ideologia é fundamentada no Antigo Testamento da Bíblia de forma radical. E assim como em Oceania, a sociedade de Gilead é forçada a viver sob regras que se quebradas podem ter consequências terríveis.

Sob a perspectiva de tempo da obra, o lugar que no passado era conhecido como Estados Unidos foi substituído após o golpe na Casa Branca em que o país foi tomado por um grupo denominado Filhos de Jacó. Desde então, eles impõem sua ideologia que promete salvar as pessoas e o mundo.

No novo modelo, a sociedade de Gilead é dividida em classes obrigatórias nas quais cada pessoa possui uma função. E os homens, como já esperado, assumiram os principais cargos de poder e tomam as decisões.

Assim como no livro de Orwell, existe uma ideologia totalitária em que, ainda que de modo mais brando, o passado é maquiado ou apagado. As pessoas são proibidas de falarem e lembrarem como eram suas vidas antes do regime, principalmente as aias que perderam suas identidades e são proibidas até mesmo de pronunciarem seus nomes verdadeiros.

Um interessante artifício utilizado pelo regime teocrático na obra é a proibição da leitura. Mas essa restrição somente se aplica às mulheres, que não podiam ler e muito menos escrever. Não havia letrados, nomes de estabelecimentos, revistas ou livros, tudo foi substituído por figuras que expressavam aquilo que deveria ser entendido. Por exemplo, no trecho a seguir:

A loja tem uma enorme insígnia de madeira do lado de fora, com o formato de um lírio dourado; chama-se Lírios do Campo. Pode-se ver o lugar, debaixo do lírio, onde o nome inscrito foi apagado, repintado e coberto por uma tarja de tinta, quando decidiram que mesmo os nomes de lojas eram tentação demais para nós, agora os lugares são conhecidos apenas pelas figuras desenhadas nas insígnias em madeira. (ATWOOD,2017,p.36).

A leitura implica busca por conhecimento e conhecimento é algo perigoso para a

manutenção do regime. Quanto menos a população sabe, mais fácil se torna dominá-la. A restrição de leitura que se aplica a toda a população, exceto os *Comandantes*, é a Bíblia. Somente eles têm permissão para tocá-la e realizar a leitura enquanto todo o resto deve apenas ouvir e absorver os ensinamentos, tal qual acontecia na Idade Média em que somente os padres e religiosos de alto escalão liam o livro sagrado.

Pode-se observar tal fato na cena que precede a *Cerimônia*. Basicamente a cerimônia é um momento de preparação para a tentativa de fertilização da aia pelo seu *Comandante*. Nesse momento, todos os criados e a *Esposa* aguardam o *Comandante* na sala, enquanto Offred, a aia, fica ajoelhada.

Eles aguardam a leitura da passagem bíblica descrita no livro de Gênesis, a qual descreve o momento em que Raquel, ao perceber que não daria filhos ao seu esposo Jacó, oferece sua serva para que ele tenha relações com ela e que assim ele tenha filhos. Mas um detalhe interessante é que a serva deve ficar entre as pernas de Raquel enquanto Jacó a penetra. Assustadoramente essa é a passagem que dá base para a resolução do problema de natalidade baixa em Gilead.

O *Comandante* é o único que possui a chave da caixa que guarda o livro.

A Bíblia é mantida trancada, da mesma maneira como as pessoas antigamente trancavam o chá, para que os criados não o roubassem. É um instrumento incendiário: quem sabe o que faríamos com ela, se puséssemos nossas mãos nela? Podemos ouvi-la lida em voz alta, por ele, mas não podemos ler.(ATWOOD, 2017,p.107).

Nitidamente, Offred reconhece o valor daquele livro e a quantidade de informações proibidas que ele contém. Ela o entende como um objeto incendiário, no sentido de que se tivesse acesso a ele, ela e outros poderiam vir a confrontar o regime e organizar uma possível rebelião.

Retomando os aparelhos ideológicos do Estado de Althusser que, segundo o autor, são responsáveis por inserir uma ideologia no dia a dia da sociedade, é possível visualizá-los claramente em ambas as obras analisadas neste trabalho. O AIE religioso se faz presente em *O conto da aia* por meio do próprio regime vigente liderado pelo grupo Filhos de Jacó, cujo governo e leis se baseiam nos preceitos bíblicos, priorizando os valores tradicionais cristãos. Já em *1984*, o Grande Irmão pode assumir o papel de divindade devido a sua onipresença e caráter heroico, salvador de todos os desprotegidos, ao qual todos devem devoção. Sua palavra é lei, e, mesmo que ninguém o tenha visto pessoalmente, deve ser adorado, o que remete mais uma vez à figura do Deus cristão.

O Partido exterior, através da guerra e incitação ao ódio, cria a narrativa maniqueísta de que existe um inimigo chamado Goldstein que, no passado, foi um membro do Partido que se rebelou e traiu o Grande Irmão, tornando-se um conspirador sedento pela queda do regime. Desta forma, alimenta-se na população o ódio por um inimigo que ninguém pode afirmar de fato sua existência. O Grande Irmão então assume o dever de destruir Goldstein e seus seguidores. Nessa narrativa fictícia Goldstein é o diabo e o Grande Irmão o Messias que veio salvar a pátria.

O AIE escolar é perceptível somente em *1984*, pois na obra de Atwood as escolas não existem mais. No livro de Orwell, a escola é imprescindível para as crianças. Elas participam de várias atividades e treinamentos voltados para a absorção das doutrinas do Partido e dessa forma se tornam verdadeiros soldadinhos do Grande Irmão.

Tanto quanto em *1984* quanto em *O conto da aia*, o AIE familiar encontra-se beirando a extinção. As relações familiares foram enfraquecidas, a crise de infertilidade fez diminuir drasticamente a quantidade de crianças em Gilead, e depois de uma reorganização social as famílias passaram a ser formadas pelo governo. Os casais não devem ter sentimentos pelos parceiros, assim como ocorre em Oceania. Os casais também não devem nutrir sentimentos ou desejo, devem apenas cumprir seu dever para com o Estado: gerar filhos.

O AIE jurídico e sindical é expresso pelos ministérios que constituem o governo em *1984*: Ministério da Verdade, responsável pelas falsificações e propaganda; o Ministério do Amor que pune os rebeldes e os que se negam exercitar o duplipensar; o Ministério da Paz que comanda a guerra e assegura sua continuidade; e o Ministério da Fatura que impõe os limites de consumo. Tais repartições atuam juntas não só para incentivar, mas assegurar o controle ideológico do *duplipensar*.

O AIE da informação é visível nas propagandas produzidas no Ministério da Verdade onde as informações são manipuladas e o passado refeito. Em *O conto da aia*, há ausência de jornais e revistas escritos e as informações são veiculadas em rádios e na televisão que transmitem notícias manipuladas que não podem ser verificadas.

Quanto aos aparelhos repressivos do Estado (ARE), aqueles que funcionam por meio da repressão, podem ser representados pela Polícia do Pensamento e vigilância exacerbada na obra de Orwell, e pelos *Olhos* e os *Guardiões da Fé*, na obra de Atwood.

3.1 Totalitarismo em 1984 e O conto da aia

Como previamente mencionado, a autora Hannah Arendt aborda várias especificidades

dos regimes totalitários do século XX. A partir de suas observações, neste tópico se irá identificar tais características totalitárias nas obras *1984* e *O conto da aia*.

Primeiramente, tanto Arendt quanto Orwell retratam, sob suas perspectivas, o período obscuro da humanidade que teve seus primeiros indícios no princípio do século XX, as duas grandes guerras mundiais. A diferença é que Arendt trabalha sob o prisma da História e Orwell sob o prisma da Literatura. Assim sendo, será possível entender a visão de Orwell sobre os regimes totalitários e realizar uma aproximação com a descrição de Hannah Arendt.

No século XX, a população europeia passou por um processo de alienação bastante eficiente, de modo que era extremamente fácil convencê-la a acreditar em muitas mentiras criadas pelos líderes totalitários. Hannah Arendt afirma que para obter esse feito, os líderes manipulavam a realidade para alienar as massas através de falsificações de documentos, notícias inventadas, entre outros. Assim, as mentiras criadas sustentavam e legitimavam o mundo fictício criado pelos líderes. Tudo muito planejado para que os discursos proferidos e o curso da história se tornassem coerentes. Desse modo, a história oficial era cada vez mais desacreditada. Como pode-se confirmar nas palavras da autora:

A finalidade das mais variadas e variáveis interpretações era sempre denunciar a história oficial como uma fraude, expor uma esfera de influências secretas das quais a realidade histórica visível, demonstrável e conhecida era apenas uma fachada externa construída com o fim expresso de enganar o povo. (ARENDR,1989,p.383)

Esse mesmo cenário é perceptível na obra *1984*. Os personagens, exceto Winston e Júlia, são facilmente manipulados pelo Partido. A manipulação do passado é exercida quase que a todo momento. Esse se torna um dos métodos mais eficientes para exercer poder e perpetuar o domínio do Partido sobre Oceania. Veja a seguir um trecho do lema do Partido:

Quem controla o passado”, dizia o lema do Partido, “controla o futuro: quem controla o presente controla o passado.” E o passado, no entanto, apesar de sua natureza alterável, jamais fora alterado. Tudo o que fosse verdade em determinado momento era verdade desde sempre e para sempre. (ORWELL, 2021,p.55)

Dessa forma, tudo o que o Partido determinasse como verdade, a população deveria engolir sem questionamentos. Por isso, a mutabilidade do passado e o *duplipensar*, aliados à passividade do povo de Oceania, são basilares para a dominação do Grande Irmão.

Isso é possível graças ao poder ideológico do *duplipensar* que possibilita a simultaneidade de ideias opostas que permite ao Partido alterar qualquer fato quantas e quantas vezes julgar necessário. E como consequência, já não se sabe mais de fato qual é a

versão original da história antes do Partido assumir o poder, como é possível observar:

O que sabemos sobre a Revolução e os anos anteriores a ela já é praticamente nada. Todos os registros foram destruídos ou falsificados, todos os livros foram reescritos, as imagens retocadas, estátuas e ruas e prédios renomeados – não há data que não tenha sido alterada. E esse processo continua dia a dia, minuto a minuto. A história parou. A única coisa que existe é um presente sem fim, no qual o Partido está sempre certo. (ORWELL,2021,p.197)

O passado foi modificado tantas vezes que não se tem mais certeza de qual versão é a verdadeira no meio de tantas. O pouco que resta são as memórias de Winston que ele também não tem certeza se são reais ou foram criadas ou inventadas de alguma forma pelo Partido.

Importante abordar, também, que a figura de um líder é imprescindível para a execução do poder em um regime totalitário. E George Orwell põe o Grande Irmão como o rosto do Partido. A figura de cabelos pretos e bigode é descrito como símbolo de força e coragem e herói protetor do povo de Oceania, o grande líder da nação.

Durante a obra, percebe-se um aspecto divino sobre a figura do Grande Irmão. Primeiro, porque ele estava em toda parte observando tudo e a todos. Segundo porque o Partido interior o adorava e obrigava ao resto da população fazer o mesmo.

É interessante observar que o Grande Irmão não é apresentado como um autoritário. Sua personalidade consiste em se dedicar a salvar e proteger os habitantes de Oceania. Tudo que é decidido é para benefício do povo. Como Arendt (1989) afirma: “o líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige.” (p.375).

Outro ponto que também vale destacar é que tanto a grandiosidade do líder quanto o sucesso do *duplipensar*, se fazem possíveis graças à propaganda. Hannah Arendt (1989) disse que as massas precisavam ser conquistadas pela propaganda. No entanto, em 1984 o Estado totalitário já está consolidado. A grande preocupação é alienar a população em nome do poder e manter o Partido no topo da pirâmide eternamente, assim, a propaganda é um instrumento de doutrinação. Como explica a autora:

Quando o totalitarismo detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo (o que só é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe oposição política), mas para dar realidade às doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias. (ARENDR,1989,p.390)

Na obra é notório que esta função é atribuída ao Departamento de Registros, repartição em que Winston trabalha no Ministério da Verdade:

O que acontecia, então no labirinto invisível dos tubos pneumáticos, ele não

sabia dizer em detalhes, apenas em termos gerais. Tão logo tivessem sido reunidas e examinadas todas as correções que por ventura se fizessem necessárias a qualquer edição do *Times*, esse número era reimpresso, a cópia original destruída, e a corrigida era arquivada em seu lugar. Esse processo de contínua alteração se aplicava não apenas aos jornais, nos livros, revistas, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, trilhas sonoras, quadrinhos, fotografias – a todo tipo de literatura ou documentação que potencialmente pudesse comportar qualquer sentido político ou ideológico. (ORWELL,2021,p.61-62).

Através desse mecanismo, o Partido obtém controle sobre todas as informações passadas para a população, ao ponto de que tanto o heroísmo do Grande Irmão quanto a sua infalibilidade se tornem inquestionáveis. Além do mais, todo o conteúdo propagandístico cria uma bolha de inverdades mutáveis que garantem a passividade da grande massa de Oceania.

Pode-se notar que em *O conto da aia* também há manipulação sobre as notícias, especialmente as que são à respeito da guerra. Tal fato é verificável quando Offred demonstra desconfiança sobre as informações: “Tais como são: quem sabe se alguma coisa nelas é verdade: poderiam ser velhos clipes, poderiam ser matérias falsas, encenadas.” (ATWOOD,2017,p.101). A aia tem consciência de que acreditar no que é mostrado na TV é ingenuidade quando se vive num governo tão manipulador. Inclusive ela destaca que “eles só mostram as vitórias, nunca as derrotas.” (ATWOOD,2017,p.101). Chamando atenção para o fato de que tudo pode ser uma grande máscara para colocar Gilead sempre positiva e vitoriosa.

De volta ao enredo de *1984*, a propaganda também é uma aliada contra os inimigos do Partido. Como já referido, o Grande Irmão possui um arqui-inimigo chamado Goldstein que, assim como ele, nunca foi visto pessoalmente e sua existência é questionável. Acontece que Goldstein é supostamente um traidor e rebelde que tem um grupo de outros rebeldes chamado de Fraternidade. Os membros da Fraternidade, supostamente, vivem escondidos, e alguns até mesmo infiltrados, em busca de novos membros para derrubar o Grande Irmão.

A grande verdade é que Goldstein é uma invenção do Partido para despertar o patriotismo do povo e sustentar sua narrativa, e, para isso, atribui os mais terríveis crimes a ele a fim de aflorar o ódio:

Os programas dos Dois Minutos de Ódio variavam todo dia, mas não havia nenhum em que Goldstein não fosse a principal figura. Ele era o maior traidor, o profanador primeiro da pureza do Partido. Todos os crimes subsequentes contra o Partido, todas as heresias, todos os desvios, derivam diretamente de seus ensinamentos. (ORWELL,2021,p.27).

Os Dois Minutos de Ódio é um momento dedicado a deferir ofensas a Goldstein e

externar toda a aversão e raiva contra ele. Dessa forma, através de clipes manipulados, fotos de vítimas de bombas lançadas por ele, e outras mentiras, são colocadas para que facilite o ódio para ele e para a Fraternidade.

A mentalidade de que qualquer pessoa pode ser um seguidor de Goldstein coloca os indivíduos na posição de vigias uns dos outros. Para ser preso não era necessário de fato ter cometido crime, a Polícia do Pensamento tinha autoridade para prender qualquer um que manifestasse, mesmo que inconscientemente, qualquer sinal suspeito, assim como aconteceu nos regimes totalitários do século XX segundo as descrições de Arendt.

Para melhor compreensão, dentro dos regimes totalitários existe a categoria de “inimigo objetivo” que refere-se aos sujeitos perseguidos pela ideologia do regime. “Nunca é um indivíduo cujos pensamentos perigosos tenham de ser provocados ou cujo passado justifique suspeita, mas é um portador de tendências, como o portador de uma doença.(ARENDDT,1989,p.474)

A Polícia do Pensamento é a polícia secreta de Oceania. Estavam sempre de olho em todos, assim como os *Olhos* em *O conto da aia* que são realmente secretos. Os *Olhos* são infiltrados na sociedade de Gilead para espiar os possíveis traidores e rebeldes. A questão é que ninguém conhece suas identidades, podem ser qualquer pessoa, um jardineiro, uma aia, um estranho na rua, um motorista...Pois como afirma, Arendt:

Nas condições do regime totalitário a categoria dos suspeitos compreende toda a população, todo pensamento que se desvia da linha oficialmente prescritas permanentemente mutável já é suspeito, não importa o campo de atividade humana em que ocorra. (ARENDDT,1989,p.481)

Quanto as punições, ao contrário do que acontece em Oceania, o governo de Gilead opta pela exposição dos corpos dos criminosos. Por isso, existe um muro onde os corpos são pendurados de modo que qualquer pessoa que passe por ele os veja.

Nós paramos, juntas como se atendendo a um sinal e olhamos para os corpos. Não faz mal se olharmos. Espera-se que olhemos: é para isso que estão lá, pendurados no Muro. Às vezes ficam lá expostos por dias a fio, até chegar um novo lote, de modo que o maior número possível de pessoas tenha a oportunidade de vê-los. (ATWOOD,2017,p.44)

De certa forma, o Muro é um artifício de poder porque ele serve para mostrar que o governo pode punir qualquer um que descumpra as leis atuais. Os corpos servem de exemplo para o resto da população.

Os chamados “Salvamentos”, como são chamadas as mortes em praça pública,

remetem aos suplícios outrora abordado por Foucault. O povo era chamado para assistir a outras pessoas sendo mortas, geralmente enforcadas, como se fosse um grande espetáculo.

Também é importante abordar que, com o retorno aos valores cristãos, o aborto se tornou um crime imperdoável na República de Gilead com pena de morte como punição. Na manhã que Offred narra o momento em que ela e sua parceira de caminhada param para observar os corpos pendurados, concluem que eram médicos, tanto pelo jaleco branco que vestiam quanto, principalmente, pelo cartaz pendurado no pescoço indicando o motivo da execução: um desenho de um feto humano. Significava que realizavam aborto, no passado, antes do regime: “foram descobertos, agora, por meio das buscas em arquivos de hospitais, ou – mais provavelmente, uma vez que a maioria dos hospitais destruiu esses arquivos assim que se tornou claro o que ia acontecer – por informantes.” (ATWOOD,2017,p.45).

Não tinha importância se o que fizeram fosse legal na época. Eram criminosos e mereciam servir de exemplo. Ainda mais um crime considerado tão perverso na atual conjuntura de Gilead, e por isso estavam no nível de criminosos de guerra. É interessante se atentar que nesse contexto não há apagamento de documentos antigos como em *1984*. Por mais que seja perigoso lembrar da sua antiga vida, o governo se utiliza desses registros para identificar seus alvos e puni-los.

3.2 O Grande Irmão está observando você x Sob o olho D’ele: a vigilância panóptica em 1984 e O conto da aia.

No capítulo anterior, discutiu-se sobre o conceito de panoptismo a partir da abordagem de Michel Foucault. Cabe retomar que o autor ressignificou o modelo arquitetônico elaborado por Jeremy Bentham que consistia em uma prisão circular com uma torre central a qual acomodaria o vigia. Os detentos, no entanto, jamais saberiam sua identidade e a periodicidade do seu posto. Assim, seriam incapazes de saber se são observados ou não, e, conseqüentemente, se manteriam em constante estado de alerta. Afinal:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. (FOUCAULT, 1999, p. 226)

Foucault observou que o objetivo de Bentham em criar um dispositivo de vigilância e

poder automático se encontrava em outras instituições mais atuais como as escolas e hospitais. Nessa perspectiva, o panoptismo opera um sistema de disciplinarização com foco no controle dos corpos de modo involuntário sem a necessidade de ordem direta.

Nas obras analisadas neste trabalho, o panoptismo é presente de forma explícita e também sutil. Primeiramente, nota-se que em *1984* há diversos cartazes com a imagem do Grande Irmão por toda a cidade com a seguinte expressão: O GRANDE IRMÃO ESTÁ OBSERVANDO VOCÊ. Isso, por si só, já causa a sensação de estar sendo observado todo tempo pois “era daquele tipo de retrato produzido de tal forma que seus olhos o seguiam para onde quer que você se dirigisse.” (ORWELL,2021,p.16)

Além disso, os habitantes de Oceania conviviam diariamente com o aparelho chamado teletela. Aparentemente lembra uma televisão, mas ao mesmo tempo que transmite conteúdo captura imagem de todo o ambiente em que está instalada. Sua principal função é monitorar quem está no campo de visão e também divulgar as informações e propagandas do Partido.

Assim como em todas as residências, a casa de Winston também tinha uma teletela. E apesar de poder controlar o volume do aparelho, em hipótese alguma deveria desligá-lo. A capacidade de captação da teletela era admirável. Qualquer barulho que Winston fizesse, por mínimo que fosse, não escapava ao seu alcance.

Ninguém sabia ao certo quem ficava por trás da teletela. Acreditava-se fielmente na possibilidade de serem os membros da Polícia do Pensamento. Alguns outros eram convencidos de que o próprio Grande Irmão estava atrás do aparelho vigiando a todos. E diante de tanta incerteza:

Não havia como saber, é claro, se em qualquer dado momento você estava sendo observado; do mesmo modo, era um mistério saber quantas vezes com que método a Polícia do Pensamento acessava qualquer conexão individual. Era até mesmo concebível que observassem todas as pessoas o tempo inteiro. De qualquer maneira, eles tinham livre acesso à conexão de qualquer um. Você era obrigado a viver – e vivia de fato, pois o hábito acabava se tornando em instinto – sob a premissa de que todo som produzido era objeto de escuta, e todo movimento, exceto na escuridão, de análise. (ORWELL,2021,p.17)

Dessa forma, é impossível afirmar se a vigilância é exercida ininterruptamente ou não, o que causa a sensação de ser vigiado de forma constante. É possível visualizar, então, a ligação da obra com o panóptico de Bentham. A teletela, nesse contexto, representa o vigia na torre, não se sabe quem está por trás mas sempre pode ter alguém.

Além disso, os próprios residentes de Oceania se autopoliciam e espiam a todas as pessoas próximas – amigos, familiares ou qualquer pessoa num ambiente em comum – e

assim implementa-se uma rede de monitoramento coletivo que gera medo e desconfiança que, conseqüentemente, enfraquece qualquer tipo de relação fraternal entre as pessoas.

Desse modo, na ausência do vigia qualquer um assume o seu papel. E o Grande Irmão não precisa, necessariamente, estar no posto de vigilância, pois a teia de olhares é constituída pelos amigos, empregados, cônjuges e até os próprios filhos. É possível observar tal quadro no instante em que as crianças de Oceania são uns dos seres mais temíveis na narrativa:

Hoje, praticamente não há crianças que não sejam horríveis. O pior de tudo era que, por meio de organizações como os Espiões, elas eram transformadas em pequenos selvagens intratáveis de modo sistemático e, no entanto, isso não produzia nelas qualquer tendência a se rebelar contra o Partido. Pelo contrário, elas idolatravam o Partido e tudo relacionado a ele. As canções, os desfiles, as bandeiras, as marchas, os exercícios com rifles de brinquedo, o culto ao Grande Irmão – para elas, tudo aquilo era uma espécie de divertimento inesgotável. Toda a sua ferocidade se projetava contra os inimigos do Estado, contra os estrangeiros, traidores, sabotadores, crimepensadores. Era quase normal para as pessoas de mais de trinta anos terem medo de seus próprios filhos. E com razão, pois não se passava uma semana sem que o *Times* trouxesse um parágrafo mencionando que algum pequeno intrometido e traiçoeiro – “herói infantil” era a expressão usada – havia escutado algum comentário comprometedor e denunciado seus pais à Polícia do Pensamento. (ORWELL,2021,p.42)

Esse comportamento das crianças direciona à reflexão sobre outra propriedade do panoptismo, a disciplina. Segundo Foucault (1999), a principal função do modelo prisional desenvolvido por Bentham é de ampliação; fazer multiplicar, elevar a produção, desenvolver a economia. Para isso, é necessário domesticar os corpos, treiná-los para exercer as funções destinadas a eles com alta eficiência para obtenção dos resultados almejados por quem lhes observa.

Convém retomar que a disciplina é um tipo de poder que engloba uma variedade de técnicas e instrumentos ao ser exercido. Por isso, o Grande Irmão e o Partido interior utilizavam-se dela para impor um padrão comportamental nos cidadãos. É perceptível quando um dos objetivos do Partido é extinguir qualquer relação humana. Um casal, por exemplo, não poderia apresentar atração física ou emocional pelo parceiro. Sua única função era procriar filhos para servir ao Grande Irmão.

Dessa forma, os laços afetivos naturais entre pais e filhos não deveriam existir, assim como entre marido e mulher ou mesmo amigos. O sistema reduzia cada ser a sua própria existência. Afinal, uma população em que cada indivíduo se importa apenas consigo mesmo, elimina qualquer possibilidade de complô, questionamentos ou rebelião.

Além disso, o Partido tem mais facilidade para desaparecer com qualquer pessoa, pois

assim que os indivíduos são insignificantes uns para os outros, não sentem falta de quem quer que tenha tido a existência apagada – ou como se diz em novilíngua: se tornado uma *despessoa*. Na história, isso ocorre com Syme, colega de Winston, que tem sua existência apagada de todos os registros em Oceania e todos passam a viver como se ele nunca tivesse existido.

Na perspectiva de Foucault, a individualização é um dos pilares para o funcionamento do panoptismo:

E esta é a garantia da ordem. Se os detentos são condenados não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; [...] A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão seqüestrada e olhada. (FOUCAULT, 1999, p.229)

No início da obra, Winston adquire um diário numa lojinha no bairro dos proletas³, uma região marginalizada habitada por pessoas que não pertenciam ao Partido. Tal ação de ter um caderno poderia ser suspeito, embora não fosse ilegal. Na realidade, nada era ilegal em Oceania, as leis foram extintas, no entanto, se fosse descoberto fazendo algo inortodoxo, seria punido sem sombra de dúvidas.

Assim, é possível retomar outro aspecto importante do panóptico: a execução do poder é automática, dispensando seu exercício. Ou seja, as leis documentadas não são necessárias para indicar o que pode ou o que é proibido. Devido à disciplina que recebem ainda crianças, cada indivíduo considera as consequências de cada ação antes de pensar em executá-la. Pois “o poder disciplinar é com efeito um poder que em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”, ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor.” (FOUCAULT, 1999, p.195).

Sem a necessidade de proibir, os indivíduos adquirem a falsa sensação de livre arbítrio. Todos têm plena consciência de que suas escolhas levam à consequências e são responsáveis por elas. É uma maneira de isentar o governo da responsabilidade sobre os castigos aplicados aos desordeiros. Na realidade, será um ato digno de aplausos, que, consequentemente servirá de exemplo para todos.

Em *O conto da aia*, o panoptismo também é presente. Visto que a vigilância se

³Os proletas correspondiam a cerca de oitenta por cento da população de Oceania, viviam na pobreza e faziam grande parte do trabalho manual. Pode-se dizer que tinham mais privacidade do que os membros do Partido interior ou exterior porque eram considerados como animais e não tinham a menor importância.

apresenta de diferentes formas e em diferentes classificações, a vigilância hierarquizada está presente na obra no seguinte esquema: acima de todos tem-se o olhar “D’ele”, referindo-se a Deus, a entidade sagrada cristã capaz de ver absolutamente tudo no universo. No entanto, há momentos em que a figura divina se confunde com o próprio Estado teocrático. Mais embaixo, vêm as *Tias* que são responsáveis pelas aias, com a função de observá-las e educá-las, elas têm autoridade sobre todas as mulheres. Em seguida, tem os *Olhos* que são agentes infiltrados em todos os âmbitos sociais, eles trabalham para o governo e possuem a função de vigiar a todos.

Assim, cria-se uma rede de observação que se estabelece a partir das relações microfísicas, nas quais o monitoramento é ininterrupto, o que exemplifica a afirmação de Foucault sobre criar um aparelho que se espalhe por todas as relações e se torne automático e permanente.

Os chamados *Olhos* vigiam constantemente a população, sem exceção. Nem mesmo os Comandantes estão livres. Os *Olhos* não podem ser identificados, por isso, qualquer pessoa é suspeita. Assim, todos desconfiam de todos e mantêm cautela em cada movimento. Eles podem estar no mercado, nas lojas, ruas da cidade ou mesmo na sua residência. Dessa forma, em Gilead também se vive em constante estado de alerta pela simples possibilidade de estar sendo vigiado por um *Olho*.

A saudação “Sob o olho D’ele”, dita entre as aias, remete a um olhar superior atribuído a uma entidade divina. Assim, a sensação de estar sob a lente de alguém muito poderoso é reforçada. Deus está vendo tudo, ele é o ser superior, logo, não há como fugir desse campo de vigilância.

Outro fato a ser destacado é que as aias só tem permissão para saírem em duplas, o sistema justifica que é para a segurança delas, mas a verdade é que vigiam umas às outras. Elas não confiam totalmente nas parceiras de caminhada pois sempre tem alguma que é adepta ao regime ou simplesmente pode ser um *Olho*.

A vista disso, foi possível observar que *1984* é um ótimo exemplo de como a vigilância constante é um importante instrumento de disciplina fundamental para o controle social em Oceania, assim como em *O conto da aia*, que por mais que a questão feminina se destaque na obra, vale ressaltar que se trata de uma sociedade governada por um regime teocrático totalitarista que fundamenta suas leis e condutas na Bíblia. E a partir disso, exercem um poder disciplinador pautado na violência policial e na vigilância para ampliar o controle social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afim de cumprir o primeiro objetivo proposto para esta pesquisa, explicar quais eram os artificios de controle social utilizados para manipulação das massas, a leitura e análise de *1984* e *O conto da aia* nos possibilitou refletir até chegarmos à conclusão de que o controle ideológico se sobressai e é a base de todos os outros em ambas sociedades opressoras analisadas. Dentre todos que identificamos nas narrativas – violência e tortura física e psicológica, vigilância constante e total, censura, manipulação de registros históricos, propagandas, dentre outros - toda a manipulação se resulta da alienação da população que se mostra passiva e acritica diante das situações em que se encontra.

Na sequência, vimos que os Aparelhos Ideológicos do Estado e os Aparelhos Repressores do Estado constituem a estrutura social nas obras *1984* e *O conto da aia*. Portanto, o controle ideológico do *Socing*, por exemplo, é facilmente exercido sobre a população, assim como em *O conto da aia* o governo domina os habitantes de Gilead, principalmente as mulheres, a partir da distorção dos preceitos bíblicos. Isto explica como todas as contradições do Partido são aceitas naturalmente e a grande maioria do povo demonstra uma passividade essencial para o funcionamento da sociedade.

E conforme as definições de distopia discutidas ao decorrer dos capítulos, as obras apresentam ao leitor a sensação desconfortante de viver sob vigilância e medo constante. Tal artifício, a vigilância, garante a disciplina da massa, por exemplo, a população de Oceania estava sempre alerta ao seu comportamento diante das telas e tinham verdadeiro pânico de serem presos pela Polícia do Pensamento. E as aias eram sempre cautelosas para não serem pegadas pelos Olhos, e assim o governo exercia seu poder disciplinar.

Para cumprir o segundo objetivo proposto, exemplificar como os artificios de controle social foram usados na prática no período dos regimes totalitários, definiu-se como necessário apresentar algumas considerações da autora Hannah Arendt a respeito do assunto a fim de aproximar as sociedades das obras com as descrições dos regimes totalitários do século XX apresentados em seu livro. Partindo disso, pudemos ver facilmente que a população das duas obras são vítimas do poder totalitário.

Por exemplo, durante os regimes totalitários do século XX igualmente contexto da história de *1984*, os registros históricos são manipulados a fim de legitimar uma narrativa criada pelo líder. Em Gilead de *O conto da aia* ocorre algo semelhante porque as notícias

são manipuladas em relação aos resultados da guerra, pois Offred acredita que possam ser clipes recortados e modificados. Além disso, podemos citar o silenciamento das vítimas com o uso exacerbado de violência física e psicológica como formas de punição aos desordeiros.

O terceiro objetivo pretendia demonstrar como tais artifícios de controle social são utilizados para manipulação das massas nas obras *1984* e *O conto da aia* e algumas respostas já foram dadas com o cumprimento dos objetivos anteriores. Mas em síntese temos o controle ideológico como base da manipulação por meio da reescrita dos documentos, dos registros históricos, das notícias, das músicas, fotografias e outros. A técnica do duplificação, na obra de Orwell, contribui ao normalizar a contradição da realidade. As pessoas se tornam totalmente capazes de viver duas verdades simultaneamente, o que pretende garantir a soberania do Partido sem questionamentos.

Já na narrativa de Atwood, o Estado utiliza a ideologia cristã considerando algumas passagens bíblicas como leis que condena as mulheres ao ambiente doméstico. Dividindo-as em castas com determinadas funções, as aias são denominadas à reprodução. Os homens são os grandes dominadores e têm exclusividade sobre o ato de ler qualquer coisa, mas principalmente a Bíblia. O livro sagrado é tido como um objeto incendiário com poder de desestruturar a atual conjuntura caso lido por quem não deva, pois a possibilidade de novas interpretações das passagens é um risco que deve ser evitado.

Para o último tópico, apresentamos a relação do Panóptico de Bentham com as relações de poder estabelecidas nas obras através da vigilância. E após as análises vimos que o panoptismo ou vigilância constante é um importante aparelho de poder e disciplina. Pudemos observar que tanto a sociedade de Oceania quanto a de Gilead vive sob constante observação e demonstra como os governos totalitários adestram as respectivas sociedades por meio de um artifício que garante a sujeição dos indivíduos de forma automática.

Por fim, posso declarar que este trabalho contribuiu para minha formação acadêmica e pessoal pois me deu um novo olhar sobre as ações opressoras por parte daqueles que governam que muitas vezes se camuflam e não conseguimos perceber. O que nos faz pensar que o que aconteceu nas narrativas não é exclusivo da ficção, e abre os nossos olhos para os mínimos sinais que as gestões do mundo inteiro possam apresentar como início de governos ditadores. E diante da realidade de muitos países que já sofrem com governos radicais, nos abre um leque de possibilidades de novas pesquisas no futuro.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- ATWOOD, M. **O conto da aia**. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017
- BENTHAM, J. **O panóptico**. Tradução de Guacira Lopes Louro, M. d. Magno, Tomaz Tadeu. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BUCHWEITZ, W. W. **Sob o Olho d'Ele(s): Gilead e o legado das vozes femininas em O conto da aia e Os testamentos, de Margaret Atwood**. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas, RS, 2020. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/7461>> Acesso em: 14 Julho 2022.
- CANDIDO, A. **A formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2006.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COELHO, T. **O que é utopia**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 13. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FROMM, E. **Posfácio** (1961). In: 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MACHADO, R. **Introdução: Por uma genealogia do poder**, In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ORWELL, G. **1984**. Tradução Bruno Gambarotto. 1.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2021
- RIBEIRO, J. **Relações Intermediáticas entre V for Vandetta (Alan Moore) e 1984 (George Orwell)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Licenciatura em Letras Português – Inglês, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2013.
- RONCATTO, G. M. **George Orwell: Modernidade e Contemporaneidade em 1984**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Licenciatura em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/39424>> Acesso em: 02 Abril 2022.

SILVA, V. E. D. da. **O Totalitarismo em Hannah Arendt**. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia – Ética e Filosofia Política) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/55718> Acesso em: 22 Junho 2022